



Publicação contida no DCL nº 215 de 26/11/08
Servitor: *Luiz* Matrícula: 1173794

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 99ª
(NONAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DISCUTIR A GARANTIA DO PASSE LIVRE
PARA DIVERSOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO QUE
UTILIZAM O SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO
COLETIVO INTEGRANTE DO SISTEMA DE TRANSPORTE
DO DISTRITO FEDERAL, INTITUÍDO POR MEIO DA LEI
Nº 4.011, DE 12 DE SETEMBRO DE 2007,**

EM 6 DE NOVEMBRO DE 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	1

PRESIDENTE (DEPUTADO GERALDO NAVES) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção da Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h20min, a comissão geral é reaberta às 16h07min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Está reaberta a comissão geral.

Boa-tarde a cada uma e a cada um de vocês.

A sessão ordinária foi transformada nesta comissão geral com o objetivo de discutir a garantia do passe livre para os diversos segmentos da população que precisam utilizar o serviço de transporte público, segmentos estes que são acometidos de uma série de condições, e não têm direito a esse passe livre.

Queremos aqui discutir os problemas por que passam as pessoas que utilizam os passes livres e, ao mesmo tempo, discutir a necessidade da inclusão de uma série de segmentos que têm prejudicados os seus tratamentos – particularmente de saúde –, por não terem o direito de usufruir gratuitamente dos transportes públicos do Distrito Federal.

Eu gostaria de chamar para compor a Mesa o Sr. Subsecretário de Cidadania da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, César Pessoa de Melo; o Sr. Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência – CORDE/DF, Fernando Cotta; a Sra. Diretora da Diretoria para Assuntos da Pessoa com Deficiência – DAPD/DF, Francisca Cléa; o médico da Junta de Perícia Médica da Gerência de Perícia Médica da DAPD/DF, Dr. Paulo Giovanni Pinheiro Cortez; e o Sr. Diretor Operacional do DFTRANS, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, Themistocles de Souza.

Nesta comissão geral, vamos proceder, se todos e todas estiverem de acordo, da seguinte forma: as pessoas que estão aqui à Mesa representam o Poder Público, tanto a Secretaria de Transportes quanto a Secretaria de Justiça. Gostaríamos que, antes de elas falarem, as pessoas que precisam do passe livre, com seus diversos segmentos, se expressassem. Vamos, então, dar prioridade à fala de quem precisa do passe livre e está excluído desse serviço. (Palmas.)

Após a fala dos representantes de segmentos, passaremos a palavra aos membros da Mesa, para que possam se posicionar e fazer os devidos encaminhamentos. (Palmas.)

Discutiremos aqui, como eu disse, dois aspectos: um é a insuficiência ou os problemas que temos encontrado no passe livre para quem tem o acesso e já o utiliza. Tivemos, por muito tempo, o bloqueio; a partir de um número de viagens,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	2

tivemos dificuldade na elaboração do cartão. Disseram-nos que estava faltando matéria-prima para que as pessoas pudessem usá-lo.

Todos sabem que hoje há um cartão operacionalizado pela empresa FÁCIL. É a FÁCIL quem concede ou operacionaliza o cartão, mas não é ela quem decide sobre os beneficiários, é o Poder Executivo. Portanto, vamos discutir as insuficiências de quem tem utilizado historicamente o passe livre e a inclusão de outros segmentos.

Nós temos, em verdade, três leis que disciplinam a utilização do passe livre. Três leis que incluem pessoas com deficiência física, mental e sensorial e pessoas acometidas de determinadas patologias, como patologias renais, câncer, anemias congênitas, hemofilia e HIV. Isso está discriminado na lei. São três leis que compõem esse conjunto.

Mas temos alguns segmentos que precisam do passe livre para ter acesso à Saúde, da qual estão excluídos. Estão excluídos da gratuidade, neste momento, os portadores de doenças reumáticas, de hanseníase, de lupo, de epilepsia e os acometidos de transtornos mentais. Os hansenianos só têm direito ao passe livre quando têm seqüelas físicas. Eu me pergunto se o Estado não deveria atuar para que não houvesse essa seqüela e para assegurar o transporte gratuito para essas pessoas se tratarem.

Para tentar suprir essa lacuna, elaboramos aqui os projetos de lei que estão tramitando nesta Casa, os PLs nº 857 e nº 1.407, de 2008. Esses projetos asseguram o direito à gratuidade aos acometidos de transtorno mental e às pessoas acometidas de epilepsia.

Sabemos que é preciso haver sensibilidade por parte do Governo do Distrito Federal, para que esses segmentos que precisam de tratamento sejam incluídos nisso e, assim, seja-lhes assegurado um direito básico do ser humano, o direito à saúde. Mas não é só o direito à saúde! O direito à saúde não é um fim em si mesmo, mas uma forma de você assegurar os diversos direitos que têm o ser humano, pois sabemos que precisamos de saúde para exercer plenamente a condição humana.

Queremos assegurar o direito humano das pessoas de se sentirem parte desta cidade, sentirem-se parte da vida, sentirem-se incluídas, sentirem-se em uma cidade onde todos cabem dentro dela. (Palmas.)

E todos cabem dentro dela com dignidade. Não podemos admitir que as pessoas acometidas de transtorno mental, que têm tratamentos ou oficinas, não tenham a possibilidade de se sentirem pertencentes a esta sociedade. Falo dos acometidos de transtorno mental porque acompanho, há muito tempo, essa discussão e sei exatamente da dificuldade para que essas pessoas possam ser incluídas em todas as atividades. A gratuidade do transporte não é apenas para o tratamento, ela é para a vida, para que você possa buscar uma condição produtiva, para que você possa buscar o lazer, para que você possa buscar a vida, que no ser humano é extremamente ampla. Dizem alguns que somos quase anjos e que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	3

engana quem diz que não temos condição de atingir todos os espaços deste imenso planeta chamado Terra.

Eu diria que é importante que a legislação garanta esse direito, mas também é preciso que os órgãos públicos encarregados da execução do direito operacionalizem ou estabeleçam as condições para que o direito seja exercido, e haja procedimentos administrativos e técnicos que efetivem o próprio direito. Que não tenhamos burocracias, atrasos, má vontade, negligência, preconceitos ou interpretações descabidas sobre o direito de acesso à gratuidade, como vários segmentos da sociedade têm denunciado. (Palmas.)

Falo isso porque não é só o direito, a legislação assegurar. Até que ponto podemos ver o Governo decidir bloquear o número de vezes que a pessoa tem que usar o transporte público e ir para a televisão argumentar que há fraudadores, sem pontuar e investigar, especificamente, onde estão os indícios de fraude e individualizar, inclusive, a própria responsabilização ou punição? (Palmas.)

Então, queremos que haja o entendimento de que passe livre para esses segmentos não é favor do Estado. É um direito da população. Temos uma condição que exige a intervenção do Estado para que a desigualdade, que é construída pelo preconceito e pela estrutura social cindida, possa ser eliminada. (Palmas.)

Temos uma portaria, a Portaria nº 98, de 2007, pela qual é muito fácil – digo “é muito fácil” como um trocadilho – entender que a empresa FÁCIL não tem poder para dizer quem entra, quem sai e quem usa o serviço ou não. Nem para bloquear o acesso. Se ela faz isso, o faz exorbitando da sua própria função e por omissão do poder público, inclusive, para fazer valer a sua própria portaria, que diz: cabe à FÁCIL somente a operacionalização do cartão especial, não lhe sendo concedida a competência de incluir, limitar ou excluir beneficiários.

A lógica da FÁCIL não é a lógica que tem de ter o Poder Público de assegurar direitos. A lógica da FÁCIL é a lógica financeira, é a lógica do lucro, como empresa que é.

Nós temos denunciado muito o desrespeito aos direitos das pessoas, pessoas, na maior parte das vezes, vulnerabilizadas por uma sociedade desigual. Por isso, exigimos o respeito público a todas as pessoas acometidas de patologias e que usam os serviços de transporte coletivo, para que elas possam ter essa gratuidade como instrumento de construção da sua qualidade de vida. (Palmas.)

Nós nos juntamos à voz do Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Distrito Federal e do Entorno – FAPED, que agrega 42 entidades da sociedade civil e tem articulado, incansavelmente, ações no sentido de assegurar os direitos da pessoa com deficiência.

Solidarizamo-nos com os que têm tido um sofrimento desnecessário, com os que estão trocando a antiga carteirinha. Há uma demora na entrega do cartão, e o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	4

argumento é que não há matéria-prima para confeccionar os próprios cartões. Vemos que várias pessoas que têm esse direito estão sendo obrigadas a pagar pelo transporte ou, muitas vezes, têm de se retirar do veículo porque não têm como pagar o transporte.

Portanto, queremos detectar os problemas de quem tem o acesso e também discutir a inclusão de outros segmentos que precisam da gratuidade no transporte.

Quero encerrar essas palavras iniciais, agradecendo a visita que recebemos dos usuários de saúde mental do Distrito Federal. Grande parte deles tem atendimento no Hospital São Vicente de Paula. Agradecemos a visita da Marly, do GAMAH, que faz uma luta incansável pelos direitos das pessoas com hanseníase e aponta todas as dificuldades que temos. Nós entramos com uma representação esta semana no Ministério Público para que tenhamos o diagnóstico precoce, a capacitação de pessoas, o uso de materiais e equipamentos disponíveis para pessoas portadoras de hanseníase, e também pontuando a necessidade da gratuidade dos serviços.

Quero dizer ainda que essas pessoas e esses segmentos – a Marly, o José Alves, nosso grande companheiro – não apenas têm buscado a implementação da reforma psiquiátrica neste país, mas são, efetivamente, juntamente com as pessoas usuárias do Hospital São Vicente de Paula, o maior exemplo de que as pessoas acometidas de transtorno mental não são o que por muito tempo se pensou. A sociedade permitiu que fossem isoladas, institucionalizadas, jogadas em manicômios, como se fossem perigosas e não carregassem uma sabedoria e uma sensibilidade humana que nos ensina muito.

Encerro com essas palavras e digo a vocês que nós aprendemos muito com os profissionais a resgatar a nossa própria condição humana, muitas vezes ferida, com os usuários de saúde mental aqui do Distrito Federal, particularmente do Hospital São Vicente de Paula.

No final de semana passado, estive na Inverso, que é uma ONG que trabalha com a inclusão das pessoas acometidas de transtorno mental, e eles fundaram um novo partido político: o Partido das Oficinas da Inverso. É impressionante a plataforma desse partido, que é pautada na defesa de direitos. Obviamente que ele ainda não é um partido legalizado nem eleitoral, dentro da legislação eleitoral, mas é uma organização que está sendo construída. As pessoas iam pontuando a plataforma e começavam protestando. Eu protesto! Eu protesto! Eu protesto!

E protestaram contra o preconceito e contra a discriminação que a gente sente nas calçadas, que não dão acessibilidade, e que a gente sente também nas instituições. Por isso, criaram uma plataforma. Vamos receber oficialmente essa plataforma. Faremos um pronunciamento na tribuna desta Casa mostrando essa plataforma. Gostaria que todos os partidos deste país fossem pautados na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	5

plataforma das pessoas que estão na Inverso e nos direitos tão bravamente reivindicados pelos usuários de saúde mental aqui no Distrito Federal.

Com essas palavras, daremos início a nossa comissão geral. Se as pessoas que estão à Mesa estiverem de acordo, nós vamos chamar para fazer uso da palavra as pessoas que já se inscreveram. Caso alguém ainda queira fazer uso da palavra, pode se inscrever para que possamos passar a palavra para todos e, depois, para a Mesa. Em seguida, encerraremos os nossos trabalhos.

Estão inscritos: Marly Araújo, José Alves, Darque Aparecida, Elias Ferreira, Damião, Kester Brito, Lucicleide, Luiz Maurício, Izabelita Gonçalves e Raimundo. Alguém mais quer se inscrever? Temos ainda a Gesmair Ana de Castro.

Os que quiserem se inscrever, aguardem que o Michael irá anotar os nomes. Vamos acolher mais essas inscrições e, posteriormente, encerraremos. Daremos um tempo de três minutos para cada um. Avisaremos quando faltar um minuto.

Concedo a palavra à Sra. Marly Araújo, que falará pelo grupo de mulheres atingidas pela hanseníase.

SRA. MARLY ARAÚJO – Meu nome é Marly Araújo, sou presidente do Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase. Quando nós começamos, éramos somente mulheres, mas agora já temos muitos homens também. O GAMAH surgiu na sala de espera do HUB para trocarmos experiências relacionadas à culinária e outras coisas. Hoje, a gente tem alguns serviços de referência no HUB e no Centro 1, que são as duas referências para a hanseníase no Distrito Federal. Para fisioterapia é o HRAN.

Qual é a grande dificuldade? Hoje, você só tem o passe livre depois que você fica seqüelado. Então você tem que deixar o doente se seqüelar para ele ter direito ao passe livre. Qual é a minha grande preocupação? É que esse passe livre seja dado para que esse doente não seja seqüelado. Porque ele fará toda a prevenção, a fisioterapia, as consultas semanais. E sem o passe livre isso é impossível.

A hanseníase só pega de uma pessoa que não trata para uma que trata. Mas o preconceito começa depois do diagnóstico, depois que se toma a primeira dose e que se deixou de ser um vetor de contaminação. A cura, para o Ministério da Saúde, é quando se deixa de ser um potencial transmissor. Como hoje passou a ser chamada pela Coordenação do Controle da Hanseníase, não mais da eliminação. Já mudou até o nome no Ministério: controle, a doença tem controle. Hoje a gente precisa trabalhar com prevenção de capacidade.

No Distrito Federal, o que está me preocupando muito é que crianças menores de 15 anos estão adoecendo. O que isso quer dizer? Quando crianças menores de 15 anos adoecem é porque o número de bacilos no ar é muito grande. Então tem muito adulto infectado sem se tratar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	6

Há uma desinformação e um despreparo da rede pública de saúde para fazer o diagnóstico da hanseníase. Os outros pacientes irão falar por quantos anos eles peregrinaram e só foram diagnosticados após estarem seqüelados.

A hanseníase antigamente era conhecida como lepra. A grande maioria da população não sabe que hanseníase é isso; se soubesse, todo mundo estaria no posto fazendo o teste. Existem as campanhas e ninguém faz o teste. Existem pacientes que estão ficando prejudicados em sua fisioterapia, em sua prevenção de saúde ocular, porque quem tem alteração, tem que medir pressão ocular semanalmente; quem tem úlcera plantar tem que fazer, às vezes, curativos diários. Então há pacientes perdendo o pé para depois ter direito ao passe.

Mesmo sendo da hanseníase, eu vou defender outra doença que não possui nenhum representante aqui, que é o lúpus. O lúpus não está incluído e em seu tratamento inclui-se quimioterapia. O lúpus é uma doença auto-imune que deixa a pessoa sem condição nenhuma de trabalhar, sem condição de renda. E essa pessoa precisa ir ao hospital quase duas ou três vezes por semana. É o que eu vejo no HUB, com o pessoal de lúpus que se consulta no mesmo dia que a gente. Infelizmente, não veio ninguém do lúpus, mas eu aproveitei para dar uma "puxadinha" para o lúpus também.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Marly.

Concedo a palavra ao José Alves, do Hospital São Vicente de Paula. Em seguida fará uso da palavra a Darque Aparecida.

SR. JOSÉ ALVES RIBEIRO – Meu nome é José Alves Ribeiro. Eu quero dar boa-tarde a Mesa e aos meus companheiros de luta que estão aqui.

O meu objetivo, que eu quero falar para todos vocês, é este: eu sou usuário do São Vicente de Paula, eu faço tratamento lá desde 2000 e até então eu tenho o meu passe livre. Na verdade, o meu passe livre não me deu problema até agora. Mas o que eu quero falar é que, conhecendo o problema e o porquê, eu desejo que os meus colegas também tenham o passe livre. Que venha se tornar lei para a gente também. Eu já fiquei internado várias vezes lá no hospital. Todas as vezes que eu me internei, eu fiquei amarrado. E o que estou querendo para os meus próprios amigos que por acaso venham a ter um surto... A gente não está livre desse tipo de coisa, pois a gente não é dono da gente mesmo. É Deus que coloca, é Deus que tira, e Ele sabe o que fazer.

Então, é por isso que eu firmemente venho batalhando para que todos tenham o passe livre, os que fazem tratamento no hospital São Vicente, para que possam fazer um tratamento digno. Porque a gente, primeiro a gente se cadastra para fazer um tratamento, mas no decorrer do período a gente fica preso para fazer o tratamento. E muitos não têm o passe livre. Não tendo o passe livre, não têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	7

como se tratar porque não têm dinheiro para pagar a passagem todo dia para fazer o tratamento. Quando a gente cai numa situação de problema de saúde, igual a gente fica lá no hospital, a gente já está quase limitado ao mundo lá fora para trabalhar, para ter um meio de sobrevivência.

Mais do que tudo, esse passe livre para todos nós que estamos em um tratamento, que precisamos dele, é muito importante. Se vocês imaginassem o quanto esse passe livre é importante, vocês não pensavam duas vezes. Diriam assim: "Não precisa mais ninguém falar, está autorizado. Porque eu estou vendo que realmente vocês precisam". É sério, vocês diriam assim! (Palmas.)

Na verdade, o que acontece é o seguinte: a gente precisa desse passe livre para ir para as consultas, para fazer a terapia. Está aqui, nós temos o crachá de lá do hospital, porque nós vamos fazer a terapia lá, que é o que dá um dia melhor para a gente, quando a gente está lá. Porque a gente fica em casa sem fazer nada muitas vezes, e ficamos pior. Então, tendo o passe livre, nós temos a garantia de estar indo lá fazer a nossa terapia, que faz parte da nossa saúde. É isso que eu quero dizer para vocês. Esse passe livre é importante demais! Sintam-se sensibilizados com a nossa situação e dêem um crédito de confiança para a gente, porque nós vamos corresponder a vocês também, a mesma coisa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra à Sra. Darque Aparecida Pinto, paciente de hanseníase.

SRA. DARQUE APARECIDA PINTO – Meu nome é Darque Aparecida Pinto. Boa-tarde a todos vocês. Estou aqui para defender a gratuidade do passe livre tanto para os pacientes de hanseníase quanto para os outros que aqui estão, e é importante a gente fazer nossas consultas e fazer a fisioterapia, para não nos atrofiarmos.

Eu, por exemplo, tenho que estar de quinze em quinze dias no hospital, fazendo as minhas consultas. Eu tenho que estar toda semana na Católica e aqui no HUB para fazer a fisioterapia nas minhas pernas e nos meus braços, para eu não atrofiar, porque eu corro o risco. Já fiz a cirurgia e tudo, e eles estão tentando resolver.

Eu sofro das reações desde os cinco anos de idade, e aqui também, o difícil – eu estou nervosa –, o difícil é chegar até a Secretaria de Saúde. Muitas vezes, eu saio da minha casa, e a minha filha é quem tem que ir lá no posto de saúde para resolver um problema, porque eu estou com muita dor nas pernas e não posso ir. Eu dependo das vans para me levar. Então, é importante o passe livre para cada um de nós. Há muitos que aqui não vieram, que não puderam vir porque não têm condições de pagar a passagem, que no caso do Recanto das Emas para o HUB, é de seis, sete, oito reais. E muitos deles deixam até de comer para pagar a passagem, para terem um acompanhamento no HUB. Se os senhores pudessem ver na casa das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	8

pessoas! No Recanto, onde eu moro, há pessoas que são atingidas pela hanseníase e não podem ir. Como eles vão? O motorista não dá carona, é proibido. Eu, no meu caso, e de muitos lá, muitos não podem ir porque não têm condições. Só o tratamento no posto de saúde não é o suficiente, porque no posto de saúde nós não temos acesso à fisioterapia, que é importantíssima para nós.

Então, estamos lutando por esse passe livre, para nós termos esse direito reservado, como disse a Deputada, não só para ir ao hospital. Nós precisamos também de lazer, de irmos a shows, a eventos culturais. Nós não podemos ficar isolados nos nossos lares, no nosso canto, sendo discriminados, porque não podemos ir e ter acesso. Muitas vezes, nós somos impedidos. Há muitos eventos culturais que nos impedem também de ir, de participar, por causa da exclusão social. Por causa da exclusão social e do preconceito. Eu fui vítima, eu sofri bastante quando iniciei o meu tratamento. Eu fiz o tratamento novamente, fiz há cinco anos e tive que fazer novamente.

Então, peço aos senhores que avaliem, levem em consideração o passe gratuito para nós, pois nós precisamos. Necessitamos ter o nosso acompanhamento médico, a nossa fisioterapia. Sem o passe livre, nós vamos ficar isolados, não vamos ter acesso a hospitais, não vamos ter acesso à fisioterapia, porque não temos condições de pagar a passagem.

Eu agradeço a oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Darque.

Concedo a palavra ao Elias Ferreira de Souza.

SR. ELIAS FERREIRA DE SOUZA – O meu nome é Elias Ferreira de Souza.

Sou portador dessa triste doença desde 1974. Na época, eu estive no Hospital de Base, conforme a Marly falou. O nome dessa doença hoje é hanseníase, mas antigamente era lepra. Até hoje nós dependemos muito desse passe livre, porque, de 8 em 8 dias, precisamos ir ao hospital, ao HUB para fazer raspagem, curativos.

Muitas vezes, eu estou dentro do ônibus e sinto tontura. Muitas vezes, já desmaiei sentado na cadeira. O motorista, às vezes, não quer me esperar, e então eu saio com as pernas grossas, o corpo desnutrido. Eu tenho as mãos atrofiadas, tudo isso. Já operei a vista duas vezes.

Nós dependemos muito desse passe livre, porque não podemos pagar passagem. Eu tenho passe livre e dependo de um acompanhante, porque, muitas vezes, eu vou entrar no ônibus e não consigo. Inclusive a minha acompanhante está aqui. Eu sempre ando com ela. Às vezes, ela trabalha fazendo um bico, mas sempre que eu vou ao hospital, ela vai comigo. Então, pessoal, nós dependemos muito desse passe livre, muito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	9

Essas são as minhas palavras. Eu agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Sr. Elias, o senhor tem passe livre?

SR. ELIAS FERREIRA DE SOUZA – Tenho sim, senhora. Tenho passe livre, e ele está no meu bolso. O passe livre é para mim e para o meu acompanhante, porque eu não posso andar sozinho. Muitas vezes, eu estou dentro do ônibus e, de repente, as minhas vistas escurecem, as pernas ficam como um botijão, a cabeça se desnute, a força dos braços acaba. Se eu colocar 5 quilos de arroz nesse braço, ele cai, ele não sustenta, como vocês podem ver. É assim sempre.

Quer dizer, eu e as pessoas iguais a mim dependemos do passe livre. Eu não desejo isso a ninguém. É triste. Tem noites em que eu não durmo e penso até que não verei mais o mundo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigado, Elias.

Concedo a palavra ao Damião Fernandes, que também é da GAMAH.

SR. DAMIÃO FERNANDES – Boa-tarde a todos.

Sou paciente de hanseníase. No início, eu fui a vários hospitais, postos de saúde, hospitais particulares para tentar um diagnóstico. Eu tive uma garra móvel no braço. Passei num hospital particular, e o médico quis fazer uma cirurgia. Eu perguntei a ele o que eu tinha, e ele não sabia. Eu vivia doente. Adoeci várias vezes. Eu passava mais tempo no hospital do que em casa. No hospital, eles me encaminharam, na época, para a Policlínica. Eu levei os pedidos de exame e, ao chegar ao hospital, pedi à enfermeira para marcar os exames. Ela olhou para mim e simplesmente me falou: "Você não precisa fazer exame, não. Eu já sei o que você tem". Ela só olhou para mim e já me deu o diagnóstico, falou que eu tinha hanseníase. Ela me encaminhou para o Centro nº 1, onde comecei o tratamento.

Quando eu comecei o meu tratamento, eu já estava seqüelado, eu já tinha uma garra. Fiz o tratamento durante um ano. Depois, fiz fisioterapia. Hoje faço acompanhamento no HUB, que é muito importante. Sem o passe livre, a tendência é os portadores de hanseníase adoecerem mais, piorarem, porque não têm condições de ir ao hospital para fazer um tratamento adequado, uma fisioterapia.

Eu acho que o prejuízo para o Governo será bem maior, porque sem a fisioterapia adoeceremos, o Governo terá de aposentar muitas pessoas, as pessoas irão para as cadeiras de rodas. Algumas quebram os braços e as pernas facilmente. Enfraquecemos e tomamos muitos medicamentos que destroem muito a gente.

Eu quero falar também que faço parte de um grupo de ajuda. Lá fazemos alguns cursos para ocupar o tempo. O pessoal que tem hanseníase tem muita depressão, alguns chegam a ter problemas mentais. Passei por uma depressão muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	10

forte. A maioria do pessoal que tem hanseníase já passou por isso, eu sei. A pessoa que tem hanseníase, no início, não aceita, fica com depressão, como eu fiquei. A família, às vezes, aceita; outras vezes, não. Os amigos não aceitam. O preconceito é muito grande. Sentimo-nos excluídos.

Se tirarem o passe livre da gente, eu me sentirei como se tentassem me esconder, porque não vou poder sair, não poderei andar. Às vezes, a pessoa fica em casa e já fica chateada com a hanseníase. Há dias em que a pessoa já amanhece com depressão.

Temos o Gamah, onde conversamos bastante, trocamos idéias. Lá é muito bom, porque você se sente outra pessoa. Quando eu fui para lá, eu estava com um pouco de depressão, mas melhorei, pois lá há outras pessoas com os mesmos problemas. Sentimo-nos apoiados, recebemos ajuda. Conversamos bastante lá. É uma coisa muita boa.

A FÁCIL está bloqueando muitos cartões. O meu cartão foi bloqueado cinco vezes. Foi uma luta. Sou deficiente, tenho problema nas mãos, problema nos olhos. Então, sou deficiente visual, deficiente físico. Bloquearam o meu cartão. Na época, fui até lá e me disseram que perdi o benefício, eu não tinha direito a ele. Para eu renovar, tive de dar entrada três vezes. Tenho até cópia dos laudos lá em casa, tenho tudo lá. Foi uma canseira. Eu já estava entrando em depressão com essa FÁCIL.

Eu gostaria de agradecer e pedir a vocês que se sensibilizem com todos nós. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Damião.

É um prazer tê-lo aqui, Kester Brito. (Palmas.) O Kester está com o braço machucado, pois foi vítima de um buraco em uma calçada de Taguatinga.

Concedo a palavra ao Coordenador de Comunicação do FAPED, Sr. Kester Brito.

KESTER BRITO – Cumprimento todos que compõem a Mesa e todos os meus companheiros de luta aqui presentes.

Sou solidário ao pessoal da hanseníase, do lupo, do transtorno mental, da obesidade mórbida, da epilepsia. Estou representando todos os segmentos de pessoas com deficiência, mediante o FAPED.

Eu quero esclarecer que a empresa FÁCIL continua fazendo esse bloqueio. A minha menina tem deficiência visual e, na semana passada, ela sofreu constrangimento dentro de um ônibus porque o cartão foi bloqueado.

Os aparelhos da FÁCIL que são instalados nos ônibus não estão adaptados para as pessoas com deficiência visual. Lá, há um painel com as informações



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	11

escritas, mas não há um áudio para o cego saber que o cartão está sendo liberado, que está havendo um bloqueio, que está sendo necessário ele ir à FÁCIL. (Palmas.)

Quero dizer também que o passe livre com o cartão foi uma grande conquista para o segmento das pessoas com deficiência, mas também tem que ser visto como opcional. Para algumas pessoas com deficiência, é impossível passar pela roleta. Hoje estou me sentindo aqui com deficiências múltiplas. Além de cego, estou com meu braço quebrado, minha mão quebrada. Como vou passar pela roleta e ter segurança para chegar até a porta traseira, se não posso segurar o corrimão nem me apoiar em nada? Como vou segurar em algo, se a outra mão segura a minha bengala? Então me vejo muitas vezes na situação de uma pessoa com dois braços amputados. Como uma pessoa com os dois braços amputados tem possibilidade de passar pela roleta e ter segurança para chegar até a porta traseira? O ônibus pode dar uma freada, passar por um buraco. As pessoas caem.

Como uma mãe de pessoa com transtornos mentais – Down, autismo – vai segurar uma criança de 10, 12, 20 quilos, ser obrigada a passar pela roleta, chegar até a porta traseira e desembarcar com segurança com essa criança? Como uma pessoa que tem nanismo vai passar, se ela é pequenininha? Como o motorista vai ver essa pessoa desembarcar lá na porta traseira?

Então, o passe livre tem que ser opcional. É uma grande conquista para o segmento das pessoas com deficiência, mas também tem que ser opcional, porque tem-se que observar a pessoa que não enxerga, que é o que acontece lá na frente, onde tenho o auxílio do motorista, tenho o auxílio do cobrador, e o motorista vai estacionar o carro mais próximo do meio-fio para não se formar uma vala onde eu possa quebrar o pé. Temos que ter esse acesso!

A empresa FÁCIL está fazendo que trabalho? Eu fui à FÁCIL, lá no Conic. Lá existe um painel luminoso que é um absurdo! Ele tem um sinal sonoro: "Tum dum". Eu não sei o que é isso, eu saberia se o painel falasse: Ficha 2, Ficha 3, Ficha 4, Ficha 5. Isso é acessibilidade, mas não existe isso. (Palmas.)

Eu fico muito envergonhado por pessoas estarem lutando para ter transporte, que é um direito, para ter acesso à Educação, para ter Saúde, para ter inclusão social, para ter lazer. A FÁCIL, num absurdo tão grande, está causando um constrangimento. Ela está discriminando a pessoa com deficiência porque, em vez de trazer o deficiente para a rua, para ele trabalhar, para ele estudar, para ele buscar a sua saúde, a FÁCIL está forçando essa pessoa a ficar dentro de casa, porque, quando é bloqueado o cartão, a FÁCIL determina que o motorista da empresa fale: "Você desce! Você desce ou paga a sua passagem". O constrangimento é muito grande.

Além de eu ter uma cidade que não é adaptada para mim, eu tenho um sistema de transporte público caótico e totalmente fora de acessibilidade. Como vou observar essa inclusão social, se nem o meio de transporte para ter acesso à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	12

Educação, à Saúde e ao lazer ela fornece? Ela causa constrangimento para a pessoa com a informação: "Se você não tiver o dinheiro para pagar a passagem, você tem que descer". Você é obrigado a descer. Se você não tem o dinheiro para pagar, você é obrigado a descer! Além de você ter a sua deficiência, as pessoas que estão ao seu redor ficam observando o seu constrangimento, porque o motorista é orientado a forçar a pessoa com deficiência a descer do ônibus. Isso é um absurdo!

Eu peço coerência, peço respeito, peço também inclusão social. A FÁCIL não está fazendo essa inclusão. Pergunto: quantos funcionários cegos tem a FÁCIL? Quantos funcionários surdos tem a FÁCIL? Quantos funcionários deficientes físicos tem a FÁCIL? Então, cadê a capacitação profissional, cadê a inclusão social?

A própria FÁCIL, que fala que trabalha com pessoas portadoras de deficiência, tem, no quadro de funcionários, cegos, surdos, deficientes físicos, cadeirantes? Eu não vejo esta Inclusão social. Eu vejo a FÁCIL, sim, procurar só benefícios financeiros. Ela não procura benefício de trazer autonomia para a pessoa com deficiência.

Eu termino as minhas palavras. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Sr. Kester.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Lucicleide, do Hospital São Vicente de Paula, e depois ao Sr. Luiz Maurício, do FAPED – Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

SRA. LUCICLEIDE – Boa tarde a todos. Que Deus nos ilumine, primeiramente.

O que eu quero falar, nesta tarde, reforça tudo o que já foi falado, principalmente pela nossa Deputada Erika Kokay e por todos os que representam as nossas autoridades. Vocês sempre estiverem vendo as nossas áreas. Simplesmente essas pessoas, como foi falado, da FÁCIL, estão fazendo com que se coloque a culpa nas autoridades. Isso não é verdade porque, quando a gente se organiza, vocês estão recebendo a gente.

Eu me trato desde quando eu era menor. Eu trabalhava em uma área muito especial. Eu não nasci com esse problema de que fui acometida e que os médicos certificaram que não tem cura. Mas, na época, eu não quis aceitar, não avisaram para mim, porque eu poderia me matar ou fazer uma besteira com a minha vida se eu soubesse disso. Eu tinha uma vida completamente independente, para não precisar pedir a ninguém, nem roubar ninguém.

Então, desde que fui acometida dessa enfermidade, fui me tratar no hospital psiquiátrico. Isso foi o fim da minha vida porque existia muito preconceito, como ainda existe, ainda que exista a lei. É claro que a lei veio a nosso favor, mas quando não se fala dela lá, não estão sabendo e não têm como nos ajudar. E assim as pessoas ainda nos humilham.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	13

Então, estamos nos expondo e estamos sentindo uma humilhação. E isso não vamos aceitar, porque não somos pessoas que estão usando o passe como falso. Nossos outros representantes que falaram primeiro salientaram isso. Eu, desde 1992, quando era menor, mais ou menos com dezessete anos, fui acometida disso, e, de lá para cá, o médico falou que eu teria que fazer estes tratamentos sérios, inclusive com medicação muito cara, que nem eu, nem a minha família dávamos conta de comprar. Então, aí foi outro problema, e eu pensei: então, eu vou morrer. O que vai acontecer comigo? O que aconteceu?

Eu considero o pessoal do hospital como a minha segunda família, porque a minha família também não quis aceitar este problema. Foi preciso uma reunião com todo mundo para aceitar este problema. Assim o pessoal da CEME – Central de Medicamentos, os doutorados foram me ajudando na medicação para que não acontecessem pioras na minha vida.

E assim eu estou representando o futuro de pessoas, para que não possa acontecer isso com elas, que elas possam fazer o tratamento. Precisam deste passe livre, que tem me ajudado desde essa época. Eu nunca usei esse passe a não ser para fazer tudo isso que essas pessoas salientaram. Se uma pessoa não tem cura, o que ela vai fazer mais da vida dela? Tratar da saúde dela, não se revoltar com isso, fazer o tratamento dela e passar isso para as outras pessoas, principalmente para os nossos jovens e menores, nossos filhos, futuramente.

Hoje eu não tenho nem mais capacidade de trabalhar e ter o meu dinheiro. Inclusive eu fui encostada por isso. Eu fiquei muito revoltada, porque isso eu não ia aceitar, eu não recebia só isso, mas estou fazendo determinados tratamentos de lá para cá, sempre com ajuda dos doutores, todos especialistas, inclusive pessoas das autoridades também, que ajudam ali no São Vicente.

Então, eu estou aqui para representar que precisamos sim desse passe livre; e que o pessoal da FÁCIL, seja lá quem for, não entende nada sobre doença, sobre o que uma pessoa está passando, principalmente na área da saúde.

Eu peço desculpa e perdão de alguma coisa. Se eu falei alguma coisa que não foi bem aqui, foi pelo meu problema. Eu não queria ter isso, entendeu. Mas eu quero ajudar as pessoas no futuro, quero que elas possam se tratar antes, mesmo não tendo condições. Que vocês possam dar o passe livre para nós termos condições, principalmente os nossos jovens. Quem sabe assim eles possam ser um formando no futuro e nem precisar mais disso. Quem sabe eles não vão ter condições de sempre ajudar o pessoal, a humanidade, a sociedade, o Distrito Federal, que é o coração do País, do nosso Brasil.

Muito obrigada. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Lucicleide.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	14

Passo a palavra ao Luiz Maurício, Vice-Presidente do FAPED e, em seguida, a Izabelita Gonçalves.

SR. LUIZ MAURÍCIO – Boa tarde à Mesa, boa tarde à Deputada Erika Kokay, que está sempre nessa luta dessas pessoas que estão excluídas dos seus direitos, dessas pessoas que estão sempre lutando para ter uma dignidade.

Bem, o FAPED a princípio está apoiando esses segmentos que não têm direito ao passe livre; vamos apoiar o pessoal de lúpus, pessoal com transtorno mental, as pessoas com epilepsia; enfim, eu acho que é o momento oportuno de a gente pegar esse projeto de lei que está tramitando na Casa e incluir, também, essas pessoas que estão fora. Então, acho que é por aí o caminho.

A questão do passe livre é uma luta. O FAPED já conseguiu provocar uma audiência pública no Ministério Público e a gente percebeu que não foi bem definido esse papel, porque o que a gente sentiu foi que o Ministério Público estava querendo, simplesmente, acobertar a omissão do Governo, porque é função do Governo fiscalizar e impedir a FÁCIL de bloquear, e a responsabilidade da FÁCIL ficou por aí mesmo. Com tudo isso, a FÁCIL ainda continua bloqueando.

Eu queria saber do Governo se o Governo já puniu, se já deu alguma punição para a empresa FÁCIL. Até quando isso vai continuar? Existe sempre a justificativa de questão de material agora, sempre com justificativa que as pessoas estão fazendo mau uso do cartão, sendo que o Governo tem vários equipamentos, várias maneiras de impedir isso. Quer dizer, quem está “pagando o pato” são as pessoas beneficiárias desses cartões.

Então, a gente tem que parar com isso. O Governo tem que ter responsabilidade e assumir a sua responsabilidade em relação ao passe livre. Até quando vão ficar dando justificativa para ferir o direito dessas pessoas? Estaremos sempre lutando. O FAPED vai sempre lutar, vamos sempre provocar o Governo, seja lá quem for, para apaziguar essa situação desse passe livre, tá ok? Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Maurício.

Passo a palavra a Isabelita Gonçalves e, em seguida ao Raimundo.

SRA. IZABELITA GONÇALVES – Boa tarde a todos e a todas. Eu faço parte do Movimento Nacional dos Soropositivos.

Diferentemente de todas as patologias aqui apresentadas, a nossa patologia tem uma especificidade muito grande, porque o HIV é adquirido através do sexo ou usando drogas injetáveis; então, isso nos traz um estigma muito grande, uma discriminação. A sociedade nos olha com medo até, com muita discriminação, tem um peso muito grande ter essa patologia.

É assim: as pessoas, quando se descobrem nessa condição de HIV positivo, já têm o preconceito já delas, e a sociedade as exclui de todas as formas. Ela não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	15

consegue mais emprego; se ela está empregada, ela perde o seu emprego, ela não consegue mais viver em sociedade, e o passe livre nos traz a garantia de poder manter nosso tratamento. Porque nós temos que ter consultas mensais, exames mensais. Muitas vezes, as pessoas não têm um trabalho, não têm uma fonte de renda e têm o passe livre como uma garantia de que elas podem ir a suas consultas periódicas e fazer seus exames.

Então, a perda desse passe livre impossibilita essa qualidade de vida das pessoas. E, como já disse a Aparecida, nós precisamos ter uma qualidade de vida, nós precisamos ter lazer e cultura, e o passe livre nos possibilita fazer esse nosso momento cultural.

Quero lembrar que, em São Paulo, os portadores de HIV tinham direito ao passe livre; depois foi retirado porque fizeram uma contagem e viram que não estavam indo apenas fazer seus exames e consultas, estavam trabalhando, tendo lazer.

Outra coisa que eu quero falar é a respeito da população que mora no Entorno e se trata em Brasília. São pessoas com HIV, que moram no Entorno, e com o passe livre de cartão, até mesmo com o anterior, os motoristas dos ônibus semi-urbanos não aceitam a pessoa usar o passe livre e descer pela frente. Isso impossibilita o transporte, porque as pessoas que moram no Entorno têm que vir até Brasília para fazer seu tratamento. Eles justificam que a pessoa teria de ir até Goiânia para fazer seu tratamento.

Há pessoas do Entorno Sul que eram tratadas no Gama, mas o Gama não está tendo tratamento com infectologistas, então eles têm de vir até Brasília, à Asa Sul, para buscar atendimento médico. Mas os motoristas não aceitam que elas desçam pela frente com o cartão, que é o cartão do Entorno – de Valparaíso, etc.

Eu peço que seja criada uma proposta para colocar catraca eletrônica nesses ônibus do Entorno e de Brasília, ou que seja criado um passe que seja aceito nesses ônibus, porque hoje as pessoas são humilhadas. Quando elas apresentam o cartão, os motoristas humilham: querem saber o que a pessoa tem, por que ela tem esse cartão.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Sra. Izabelita.

Concedo a palavra ao Sr. Raimundo e, em seguida, à Sra. Rosimeire Gonçalves.

SR. RAIMUNDO – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou da RNP/DF. RNP quer dizer Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS.

Como a companheira já falou, eu venho falar aqui do direito, de não se tirar o direito adquirido das pessoas que vivem com HIV/AIDS, porque elas precisam dele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	16

Até 2000, falava-se da AIDS rica. Hoje nós falamos da pauperização da AIDS. A AIDS hoje está excluindo no meio da pobreza, e as pessoas precisam se locomover da sua cidade até o hospital – na 508, no HUB – e os postos – da 5, da 11. Elas precisam se locomover para fazer seu tratamento. E esse tratamento já é dolorido pela estigmatização do preconceito. Querendo ou não, o preconceito existe na hora em que a pessoa diz: “eu sou soropositivo” ou “eu tenho AIDS”. É uma pessoa que tem uma deficiência.

Hoje, com os retrovirais, essas pessoas vivem bem. Olham para elas e dizem: “Essa pessoa é ótima”. Aí os motoristas chegam para essas pessoas e dizem: “o que é que você tem mesmo?”. Olha, eu digo para essas pessoas, sempre que elas chegam com essas questões: “Diz para o motorista que ele está em cadeira errada. Ele que procure uma mesa, sente-se do outro lado, se ele quer ser um médico para lhe dar consulta e perguntar o seu diagnóstico. (Palmas.)

Preconceito, somos contra e estamos lutando contra ele. AIDS não é de um grupo, mas de uma sociedade que está vivendo seus estigmas e seus medos. Precisamos que esse passe livre permaneça para essas pessoas que vivem com AIDS porque elas não têm condições nem salários para sobreviver.

Eu, como representante do Ponto Focal do Distrito Federal, estou aqui para que seja garantido o direito de ir e vir dessas pessoas, direito que a Constituição Federal garante para se locomover, para fazer o seu tratamento, o seu lazer, ter a oportunidade de ser cidadão e exercer a sua cidadania.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Raimundo.

Concedo a palavra à Sra. Rosemeire Gonçalves.

SRA. ROSEMEIRE GONÇALVES – Meu nome é Rosemeire. Quero dizer que faço tratamento no Hospital São Vicente de Paula. Já fui internada lá. Eu era muito doente e fui internada naquele hospital. O passe livre já foi bloqueado e minha mãe foi desbloquear na 114. Fizemos um cadastramento e vamos receber no mês que vem, dia 16. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Rosemeire.

Concedo a palavra ao Pedro da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Rodrigues.

SR. FRANCISCO RODRIGUES – Boa-tarde para todos. Eu queria falar que no ano de 2001 fiquei doente de depressão. Fui parar no São Vicente de Paula umas cinco vezes já. Bateram muito em mim lá, os enfermeiros lá. Cinco vezes eu passei internado lá. Lá apanhei muitas vezes. Agora estou no CAPS. Minha carteirinha está aqui, mas está cancelada. Cancelaram a minha carteira. Eu fui lá e não andou, não. Como é que fazemos agora? Cancelaram minha carteirinha. Está com seis meses agora. Estou querendo ficar bom.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	17

É isso o que eu queria falar. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigado, Francisco. Você está no CAPS de Taguatinga e a carteirinha está cancelada.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Francisco, eu queria que depois você deixasse o seu nome completo aqui para vermos o que está acontecendo.

Concedo a palavra à Sra. Maria Lúcia.

SRA. MARIA LÚCIA – Eu gostaria de dizer é que eu dei entrada lá desde o Natal, quando fui agilizandando. Eu sei que é difícil mesmo a gente ter o passe, renovar o passe, aquele envolvimento que eu tenho com o Metrô e com o transporte. Então, vai daí, eu cumpri com a minha documentação digna, laudo médico sem acompanhante. Eu tenho até o outro lá. Um ficou no computador do Metrô e outro eu levei para casa. Os retratinhos, tiramos lá na hora. Está aqui a maior gracinha.

Mas acontece que é esse negócio que ele falou do cobrador. Quando você vai passar e olha para a cara dele, ele fica muito tempo olhando para gente. E eu falo: "Não, olha eu aqui, sou eu". Aí eu vou lá "tchum", está certo, acendeu a luzinha, aí eu saio. Lá vai ele me jogar, e eu tentando chegar até outro lugar, naquele aperreio todo. Eu fico achando que aquela menina me deu, isso aqui é mão na roda, fácil. Sabe por quê? Porque até hoje acho que ela me empurrou essa carteira.

Minha carteirinha, do jeito que estava no contexto, tudo certinho, com assinatura do psiquiatra, psicólogo, serviço social, tudo arrumadinho, não tinha problema. Até ela mesma tirou meu retrato lá na hora. Até hoje eu fico na cabeça que ela me empurrou. Até olhei para ela e falei assim: "Menina, para começo de assunto, eu já estou velha, para que tirar? Com a identidade, eu não passo no ônibus? Eu vi uma mulher da minha idade passando, mostrando só a identidade". Ela olhou um tempo: "Não, a senhora só é velha com 65 anos em diante". Então, como eu não arrumo namorado, se eu estou com 56 anos? Então, eu sou moça e não arrumo namorado. Na hora de arrumar namorado eu sou uma velha. Sofro de não ter meu ônibus para fazer minha terapia ocupacional no São Vicente de Paula.

Eu sou tão inválida que depois da terapia, vou para casa, deito, faço minha jantinha, faço um pouquinho de tricô e crochê e vou deitar. É desse jeito meu tratamento. Acho que ela me empurrou! Ela falou até os 65 anos, e eu falei: "Caramba, até os 65 anos, você ainda vai me atentar". Aí dei um tchauzinho e um beijinho para ela. Ela falou que nesse ano que vai entrar agora, é para eu renovar. Então, estou quite com a carteirinha e com o Metrô. Então, eu estou com o Metrô!

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Muito bem, Maria Lúcia.

Concedo a palavra à Sra. Maria da Graças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	18

SRA. MARIA DAS GRAÇAS – Boa tarde a todos! Estou aqui porque eu queria conseguir a carteirinha que eu não tenho. Eu faço tratamento no São Vicente. É muito difícil. Eu vou com uma companheira que tem uma carteirinha, quando ela não vai, eu não vou. Eu queria conseguir. Se eu não conseguir, não posso nem ir.

Era só isso. Obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Maria das Graças. Acho que todos que estão aqui querem conseguir essa cartelrinha.

Concedo a palavra à Sra. Gismair Ana de Castro.

SRA. GISMAIR ANA DE CASTRO – Boa-tarde a todos.

Eu venho aqui dizer que concordo com tudo que todos disseram, mas venho aqui dizer o seguinte: em pleno século XXI, a gente ter que estar discutindo Isso na Câmara Legislativa! Isso deveria ser já um direito nacional. Entendeu? Isso deveria estar a Câmara Federal discutindo e não nós, porque a sua doença vai com você para onde você vai.

Agora, por exemplo, estive no interior de Minas Gerais e vi lá pessoas. Sabe como elas vão para o centro de saúde ser tratadas? Empurradas num carrinho de mão, porque os ônibus não dão direito a passe livre. Empresário, qualquer pessoa é que manda. Então, isso é uma vergonha! Isso deveria ser um direito nacional!

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Gismair.

Concedo a palavra à Sra. Maria Aparecida.

SRA. MARIA APARECIDA – Boa-tarde, meu nome é Marla Aparecida, faço tratamento no hospital São Vicente de Paula desde 94, mas já fazia em outros hospitais também.

Eu tenho a carteirinha, mas lá na FÁCIL disseram que essa carteirinha vai ser bloqueada no nosso mês de aniversário. Eu faço aniversário este mês, daí estou morrendo de medo de a carteirinha ser bloqueada, porque eu faço terapia ocupacional lá e como vou fazer? Não tenho dinheiro para pagar passagem. E a terapia ocupacional me ajudou muito, todo mundo nota a diferença, lá em casa, meus vizinhos, todo mundo. Eu melhorei muito.

É só isso. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Todos esses casos serão respondidos pelas pessoas da Mesa depois.

Concedo a palavra à Maria de Fátima.

SRA. MARIA DE FÁTIMA – Boa-tarde a todos, colegas e todos da Mesa. Eu queria falar que, quando passei a fazer o tratamento no hospital São Vicente de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	19

Paula, meu pai se encontrava desempregado na época, eu tinha vindo de Minas Gerais, Pirapora. Estive me tratando em vários hospitais psiquiátricos, daí pedi a Deus uma solução. Fui até à Igreja.

Na época, eu fazia tratamento em Belo Horizonte, na Serra Verde, e lá tem uma igreja, a Nossa Senhora de Fátima. Ali foi uma freira me visitar e chamou: "Quem é Maria de Fátima aqui?" Eu levantei o dedo. Aí ela falou: "Venha cá, está vendo aquela capela bem ali? Vá lá, ajoelhe-se e converse com Nosso Senhor Jesus Cristo, faça um voto a Ele que Ele tem uma proposta muito boa para você". E ela se chamava Maria de Fátima também, essa freira, até já faleceu, Deus a tenha em um bom lugar, foi muito boa sobre essa Terra.

Eu fui lá e fiz um voto a Nosso Senhor Jesus Cristo, e estava tendo adoração do Santíssimo. Eu compreendo a revelação de Nosso Senhor Jesus Cristo, sempre quando rezo um terço, eu peço a Deus que me dê os dons de revelação, e Deus me revelou até o lugar. Acredite quem quiser, mas tenho esse Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, vivo e ressuscitado, está aí na nossa frente, e é testemunha disso que estou falando. Ele me revelou que minha cura não estava no hospital particular, estava num hospital, numa cidade – mostrou até o nome dessa cidade, perante essa luz que está nos alumando – no Distrito Federal, em Taguatinga Sul.

Aí meu pai estava fazendo um trabalho, na época – numa obra do Adécio, um que trabalhou no Senado –, e quando voltava do serviço, viu escrito hospital São Vicente de Paula. Ele chegou em casa e falou: "Olha, minha filha, eu não tinha acreditado, agora acabei de crer; passei lá e vi escrito o hospital São Vicente de Paula. Aquilo que você me falou então não é mentira, você me contou da revelação e é dito e certo, existe mesmo o hospital São Vicente de Paula".

Deus me revelou, minha cura estava lá nesse hospital, Deus me deu a solução nesse hospital São Vicente de Paula. Eu não tenho o que dizer de nenhum dos médicos do São Vicente de Paula, amo o tratamento lá, não quero mudar por nada e agradeço muito a Deus e a todo o pessoal lá da direção do hospital que colocou essa terapia e todas as oficinas para nós. Eu dou muito graças a Deus por essas oficinas, eu estou muito bem depois que passei a fazer terapia lá, oficinas e cursinhos. E peço a Deus: não quero que acabem nunca esses cursinhos lá dentro.

Aí, na época, meu pai acabou esse serviço e ficou parado. Ele é muito batalhador, mas não trabalha mais fichado, porque já está de idade e as firmas não contratam, né. Eu não tinha passagem na época para ir para o hospital, perdia consulta, os exames para fazer. Eu ligava direto lá para o Corpo de Bombeiros de Ceilândia, Deus é testemunha, e é tão bom pai – eu sou uma mulher de muita fé – que toda vez que eu ligava lá, tinha gasolina para eles me levarem ao hospital. Eu ligava para fazer os sérios exames que o médico passou, e toda vez que ligava lá, Deus era bom pai comigo, que tinha gasolina e os bombeiros me levavam ao hospital na viatura. E até para resolver algum negócio, eu agradeço muito a Deus e a eles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	20

Todo dia, quando rezo meu terço e intercedo, rogo muito a Deus por eles e por todas as autoridades. Até o pessoal militar, da viatura, já me levou para consulta lá no hospital São Vicente de Paula, quando eu não tinha o passe livre na época. Eu não tenho preconceito nenhum de andar na viatura da polícia ou do Corpo de Bombeiros. E agradeço muito a Deus por todos do hospital São Vicente de Paula. Naquela época, o Dr. Carmônio falou: "Olha, Maria de Fátima, você tem direito ao passe livre", e me deu o relatório médico para dar entrada ao benefício.

Graças, pela honra e glória de Senhor Jesus Cristo, pedi tanto a Deus, fui inválida, passei na primeira perícia e consegui o passe livre. Andei em vários hospitais psiquiátricos e não consegui em nenhum deles. E louvo muito a Deus, agradeço a Deus por tudo e ao hospital São Vicente de Paula. Dos hospitais psiquiátricos todos que eu andei, só vim conseguir me tratar aqui em Brasília, no Distrito Federal. Eu agradeço a Deus por toda autoridade de ter conseguido meu benefício e o passe livre.

Aí eu fui renovar o passe livre e eles falaram comigo que não sabem se vai ser renovado, porque eles estão cortando o passe livre. Então, eu quero pedir a todos, em nome de todos da Mesa, de todas as autoridades e colegas, que não cortem esse benefício, esse vale-transporte nosso, o cartão gratuidade de passagem de ônibus, porque a gente necessita dele. Sem esse passe livre, fica difícil a gente retornar ao hospital para fazer uma terapia, uma consulta. O pessoal do Corpo de Bombeiros Militar, lá do quartel, na quadra 8, em Ceilândia, é testemunha disso: todas as vezes em que eu precisava ir para as consultas, até resolver algum negócio, eles cansaram de me dar carona. Deus é testemunha e eles, que não me deixam mentir, sabem que é verdade isso. Para não causar esse problema, esse constrangimento de ter que ligar para eles lá, para que eles levem a gente para resolver os problemas, não cortem esse passe livre.

Então, eu quero pedir em nome de todos da Mesa que agilizem esse passe livre para todos nós. Não deixem cortar esse passe, porque V.Exas. não sabem a falta que nos faz esse passe livre. Aí eles falaram que não sabem se vai ser contemplado. Aí eu quero pedir à Mesa – e agradeço a todos, a Deus e a todos os colegas – que agilizem esse passe livre para nós, porque vocês vão ter uma boa recompensa com isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Muito obrigada, Maria de Fátima.

Concedo a palavra a Sra. Narcízia Marinho e, por fim, ao Gilmar Pereira. Depois vou dar um minuto para a Marly pontuar um aspecto que eu acho importante para a Mesa responder.

SRA. NARCÍZIA MARINHO – Boa-tarde, meu nome é Narcízia, sou paciente do São Vicente de Paula. Como se diz: nós deficientes somos deficientes, mas, ao mesmo tempo, temos uma capacidade, não somos deficientes, somos pessoas eficientes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	21

Eu vivi 30 anos da minha vida trancada num muro quando me tratava em Belo Horizonte. Fui conhecer a vida depois dos 40 anos, o hospital cuidou de mim; graças a Deus, estou com a memória boa. Meu CID é F70, tenho vários tipos de doença, graças ao hospital e à terapia que temos no hospital São Vicente de Paula, onde eu me trato, eu melhorei a minha vida. Lá tem a cantina terapêutica, onde os pacientes trabalham com alguma coisa e melhoram a vida, porque, graças a Deus, eu melhorei bastante.

Eu preciso muito desse passe livre, entendeu? Porque eu perdi o direito de viver com meus filhos, perdi o direito de morar com a minha família, perdi o direito de tudo, mas não perdi a esperança de a gente ter um mundo melhor.

Muito obrigado. Eu agradeço às autoridades, que pensam bastante em nós. Agora, no momento, eu quero perguntar uma coisa a V.Exas.: será que a empresa responsável pelo passe livre vai lá no hospital, vai pagar a despesa de um paciente? Será que é mais fácil manter os pacientes doentes lá no hospital ou manter um passe livre para o pessoal se tratar?

Muito obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra a Sra. Marly Araújo.

SRA. MARLY ARAÚJO – O que eu queria acrescentar para o pessoal da Mesa é o seguinte: estão dando 60 dias para as pessoas renovarem o passe livre. A gente sabe que em algumas patologias não tem médico suficiente para fornecer esse laudo, como, por exemplo, é o caso do psiquiatra. Você não consegue marcar uma consulta de psiquiatria hoje com menos de seis meses de antecedência. As pessoas estão dormindo no São Vicente de Paula para trocar receita. Então, eu acho que tem que ser pensado o lado do doente, também.

A gente só pode exigir, o Governo só pode exigir, se ele der condições. No caso da hanseníase, a gente consegue, porque estamos no médico todos os dias, mas eu não posso só olhar o caso da hanseníase. No lúpus, na reumatologia, você leva seis meses para marcar uma consulta para um laudo. Você é atendido por um residente, por outro médico, mas o outro médico não vai te fornecer o laudo. Só o teu médico vai te fornecer. Então, eu gostaria que vocês pensassem nisso, porque o Poder Público não tem condições de fornecer um laudo em 60 dias, principalmente de psiquiatria.

A minha observação era essa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Marly.

Concedo a palavra ao Sr. Gilmar Perelra.

SR. GILMAR PEREIRA – Boa-tarde a todos, a todo o pessoal da Mesa. O que eu venho dizer aqui é o seguinte: muitas vezes, a gente tem dificuldade de entrar no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	22

mercado de trabalho, a gente faz parte da saúde mental, por causa dos preconceitos e discriminações que acontecem. E quando arruma o serviço, o tipo de serviço que consegue é fazer serviço na rua de *office boy*. E as empresas que pegam a gente para fazer o serviço, elas não dão vale-transporte para a gente pagar a passagem porque sabem que a gente tem passe livre.

Então, muitas vezes, entre mim e alguns colegas acontecem as dificuldades com esse cartão que nós temos da FÁCIL hoje em dia – a gente anda muito de ônibus e tudo, e como a gente usa tanto, acaba bloqueando e a gente fica com aquela confusão com a empresa. Pede à empresa vale-transporte, mas ela não dá porque tem passe livre. Depois a FÁCIL acaba bloqueando os nossos cartões porque usamos demais, andando muito.

Eu gostaria de fazer esse apelo, para mim e para os outros colegas meus que fazem este mesmo trabalho e tem essa mesma dificuldade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Gilmar.

Agora, vamos passar para as pessoas que estão à Mesa.

Eu sugeri aos representantes da Secretaria de Justiça e também da Secretaria de Transporte que estão aqui que, quando fizerem um coquetel, alguma colsa assim, contratem o pessoal da cantina do São Vicente, porque são absolutamente maravilhosos os produtos.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Musse? Não. Nunca comi musse. Mas os produtos feitos lá são muito bons. É bom para quem está fazendo e os preços são muito baixos. Além disso, os produtos são de extrema qualidade. Vocês estão de parabéns pelo trabalho que fazem lá. (Palmas.)

Agora, farão uso da palavra os representantes da Mesa.

Concedo a palavra a Francisca Cléa, Diretora para Assuntos da Pessoa com Deficiência.

SRA. FRANCISCA CLÉA – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Erika Kokay. Diante das explicações que aqui foram feitas, eu gostaria de dizer que o passe livre mudou muito. Como já foi dito aqui, foi um grande ganho para a categoria ter mudado daquela carteira grande, que vocês chamavam de “carteirão”, para o benefício do cartão eletrônico, que foi tão esperado. Só que isso trouxe também grandes mudanças no passe livre.

Quando a Diretoria foi criada e nós assumimos, existiam por volta de 80 mil cartelas feitas, digamos assim, sem se saber de fato a procedência. E agora a gente tem 55 mil cartões eletrônicos em circulação. Então, foram retiradas – de pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	23

que não fizeram o cadastramento pelo fato de terem falecido, mudado, ou o cartão de fato não ser verdadeiro – por volta de 20 mil carteiras.

Eu gostaria de falar com relação à situação que a D. Maria Aparecida e a D. Marly falaram sobre a questão do prazo que está sendo dado para o cartão. Bom, foi publicada em agosto a Portaria nº 2, que diz que as pessoas têm de se cadastrar, que o cadastramento é obrigatório. Gente, ele tem de ser feito de dois em dois anos, é obrigatório, isso está na lei. Diz também que no mês de aniversário o beneficiário deve se cadastrar e terá o mês de aniversário dele e mais dois meses subsequentes para poder fazer a apresentação da documentação.

Só para esclarecer: aquelas pessoas que já sabem que a data de aniversário está se aproximando, devem comparecer à 114, levar o cartão para que seja feita a gravação do *chip*. Os cartões de vocês possuem um *chip* que contém a informação de todos os dados de vocês. Então, o cartão deve ser levado até lá para fazer a gravação do cartão e dado o prazo para que se providencie a documentação.

Em relação à situação de conseguir esse laudo na rede pública, nós da Diretoria temos feito, com sensibilidade, pois a gente sabe da dificuldade de conseguir esse laudo, da melhor maneira possível para que seja facilitado isso. Como? Todas as terças-feiras há perícia médica, é feita avaliação presencial. Os médicos peritos fazem o exame daquelas pessoas que estão com dificuldades, principalmente na área da Psiquiatria. Eles se baseiam nos laudos que vocês têm de anos atrás, porque, se for um quadro irreversível, não adianta. Se for hoje, atual, vai continuar o mesmo diagnóstico. Então, esses laudos são examinados pela perícia médica. Todas as terças-feiras, a gente se dispõe a ter essa perícia. Quando essas pessoas que estão com dificuldade virem que está se aproximando a data de vencer o cartão, devem comparecer lá, nos procurar, que a gente olha caso a caso. Procuramos fazer da melhor maneira possível para ninguém sair prejudicado.

Vou responder para o Luiz Maurício. Em relação àquela demora que estava havendo por falta de material, que a FÁCIL alegou, ela foi autuada e penalizada pelo PROCON com multa de 100 mil reais por conta de demora. Agora, o prazo em que os cartões estão sendo feitos e entregues para a gente está por volta de 30 dias, que é um período que realmente, de fato, é preciso, porque na 114 não há confeccionador de cartões.

Como se faz esse trabalho? A pessoa vai lá, tira a foto, a gente tem que armazenar todos esses dados e enviar para a matriz da FÁCIL, a FÁCIL confecciona esses cartões, depois nos devolve. Aliás, perdão, tem que enviar para a Secretaria de Transportes, ela faz o envio para a FÁCIL, que vai confeccionar esses cartões. Então, uma coisa que estava demorando por motivo de falta de material não existe mais. A gente solucionou esse problema. Como eu já disse, a FÁCIL foi autuada pelo PROCON.

Acho que encerro aqui. Sim, Kester.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	24

SR. KESTER – A respeito de a FÁCIL não ter funcionários com deficiência, e por que as máquinas não são acessíveis para as pessoas com deficiência visual no sistema de áudio?

SRA. FRANCISCA CLÉA – Kester, essa pergunta eu vou passar para o Theo, do DFTRANS, gestor da empresa FÁCIL. Ele vai poder te responder melhor.

SR. KESTER – Outra pergunta. Por que não é dada a opção de o usuário passar ou não na roleta, dependendo da sua deficiência?

SRA. FRANCISCA CLÉA – Isso ele também vai responder. De antemão, já te falo que vamos ter agora, no próximo mês. Você estava aqui quando o Secretário de Trabalho anunciou a reciclagem dos motoristas e cobradores, junto com a Secretaria de Justiça, não foi? Então, a gente vai levar esse assunto para também ser passado para eles, certo? Vai fazer parte da reciclagem. Agora, sobre essa parte que diz respeito à empresa FÁCIL, tirando o trabalho da diretoria, o Theo vai dar as respostas.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Vamos, então, passar para a próxima pessoa da Mesa, o Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência – CORDE/DF, Fernando Cotta.

SR. FERNANDO COTTA – Muito bem. Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Erika Kokay, todos da Mesa, os senhores e as senhoras que vieram aqui e de parabenizá-los, porque é justamente desta forma que conseguimos colocar as nossas necessidades, as situações que acontecem no dia-a-dia. Muitas vezes, isto tem que ficar muito claro: é um favor que nos prestam os senhores e as senhoras quando vêm aqui, porque o Governo, de fato o Estado, amplio isso para o Estado, precisa conhecer essas necessidades. O Estado precisa, inclusive, colocar em destaque essas necessidades das pessoas com deficiência e de todas as pessoas, de um modo geral. Isso que é Inclusão verdadeira.

A Deputada Erika Kokay é muito feliz quando fala da questão da acessibilidade e da Inclusão no sentido amplo. Às vezes, vejo muito isso, as pessoas ligam só para a questão da acessibilidade arquitetônica e da inclusão somente na escola. É muito mais do que isso. Alguém falou aqui sobre a questão de dar acesso. Isso é importante. Os senhores e as senhoras realmente precisam ter acesso de alguma forma. Tem que se colocar a questão da inclusão da vida social, não só a inclusão na escola. A inclusão na vida social ocorre justamente nessas oportunidades que são provocadas por nós, de alguma forma. Isso é democracia.

Quero dizer que a CORDE, depois que eu entrei e “tomel pé” de como funciona e de como deve funcionar, sendo assessorado pelas entidades representativas das pessoas com deficiência, tenho visto que o papel da CORDE é muito mais amplo. Esse papel de articular políticas públicas deve se estender a muitos daqueles que não são abrangidos necessariamente por uma lei que diz quem são pessoas com deficiência e quem não está incluído como pessoa com deficiência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	25

A Marly, por exemplo, que trabalha com a questão da hanseníase, sabe disso. Algumas pessoas, a Maju, o pessoal da INVERSO, com quem eu falo muito, a Selva, do angioma cavernoso, a Laura, da BRAPAR, são tantas pessoas de tantas entidades que não estão categorizadas como segmento de pessoas com deficiência, mas que já sabem e têm participado do Governo do Distrito Federal por intermédio da CORDE, porque têm visto que a CORDE está de braços abertos. Essa foi uma determinação que recebi do nosso Governador: "Fernando, que a CORDE esteja aberta a essas pessoas também". E está!

O FAPED tem participado muito disso, como uma entidade que revolucionou esse processo social aqui em Brasília. O FAPED, que trouxe esse processo social para mais perto das pessoas, fazendo essa articulação com os órgãos do Poder Público, é testemunha disso. Além disso, há a nossa articulação também com pessoas do Ministério Público. O Dr. Vandir, por exemplo, que é da PRODIDE, tem nos ajudado muito, é um ícone nesse sentido.

Quero que os senhores e as senhoras saibam disto, os que estão aqui e porventura ainda não tenham ouvido isto: a CORDE está aberta para fazer também esse tipo de ligação entre as senhoras e os senhores e o Governo do Distrito Federal.

Quanto à questão do constrangimento nos ônibus, por exemplo, que aqui foi muito falada, já recebemos algumas reclamações. Ao longo do ano, já traçamos linhas com a Secretaria de Trabalho e com a Secretaria de Transportes para que seja feita a sensibilização também dessas pessoas. De que vale comprar um ônibus adaptado, se essas pessoas não estão sensibilizadas? Estamos também trabalhando nesse sentido. Já temos cursos em vista, para que essas pessoas saibam da importância de atender bem, atender com qualidade. É isso o que todos nós queremos.

A questão do reconhecimento do administrador público – ainda falta muito – é muito clara para nós. É justamente nesse tipo de comissão que hoje está formada que podemos enumerar as necessidades, o que podemos encaminhar. A partir de hoje, por exemplo, já podemos encaminhar estudos técnicos para saber o impacto financeiro disso, porque há também um lucro social. Isso é importante.

Alguém falou sobre a questão da tortura, do preconceito e da discriminação. É claro que sempre vamos lutar contra isso. Isso é um absurdo! Como muito bem disse o Kester, há os órgãos de Governo, e vamos lutar pela cidadania dos senhores e das senhoras. (Palmas.)

Estamos em um tempo em que Barack Obama, negro, foi eleito Presidente dos Estados Unidos. Há 150 anos, ele estaria sendo vendido como escravo. (Palmas.)

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	26

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – De ordem da Sra. Presidente desta Comissão Geral, passamos a palavra ao médico da Junta de Perícia Médica da Gerência de Perícia Médica da DAPD/DF, Dr. Paulo Giovanni Pinheiro Cortez.

SR. PAULO GIOVANNI PINHEIRO CORTEZ – Boa-tarde a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Erlka Kokay.

Vamos discorrer um pouco a respeito dos aspectos técnicos. A lei do SUS garante o direito e tem como princípio doutrinarlo tratar os diferentes como diferentes. Isso se chama equidade, que muitas pessoas, inclusive da área de Saúde, compreendem de forma equivocada. Isso significa dar acessibilidade a quem precisa, trazer a assistência próxima através da atenção básica – e aí o Pacto Pela Vida, assinado em 2006, garante a prioridade no tratamento dos idosos, de hansen, dos cânceres femininos –, a assistência à imunização, assistência à criança, e muitos de vocês devem ter conhecimento disso, porque a vida os fez terem conhecimento com a gravidade da doença.

Lembro a todos que eu, como médico, tenho aprendido muito com o estado patológico das pessoas, a superação das dificuldades e das limitações. O que está sendo feito neste momento pelo direito é o que tem feito a democracia crescer, é o que tem feito, muitas vezes, os nossos governantes considerarem a situação de outra forma.

Com relação à lei que determina o passe livre, trata-se de uma lei distrital que – não sei qual foi o marco teórico, ou seja, a parte médica que determinou isto – abrangeu alguns aspectos que incluem os deficientes físicos; os deficientes visuais; os deficientes auditivos; os portadores de doenças do sangue congênitas, como a anemia falciforme e a talassemia – o momento não é para discorrer sobre o que significa isso –; os portadores de HIV, aqueles que estão em processo de doença ou não, e os portadores de câncer, além os pacientes portadores de insuficiência renal somente em tratamento dialítico.

A perícia, lembrando que ela é constituída não só de um membro, mas de uma junta médica, leva em consideração a lei para aprovação ou não dos laudos que são encaminhados pelos senhores e pelas senhoras. Nesse caso, não podemos suplantarmos o que a lei determina e entendemos, muitas vezes, que o quadro seqüelar precisa ser melhor avaliado. Para se ter uma idéia, muitos laudos vêm incompletos, talvez por problema de acessibilidade. A questão da atenção básica, na qual consta o atendimento dos pacientes portadores de hansen, tuberculose, a imunização, as doenças diarreicas, encontra aqui no Distrito Federal ainda muitas dificuldades nas suas prerrogativas.

Temos visto nos noticiários diários a dificuldade de acesso às unidades hospitalares, e certamente os postos de saúde próximos às residências de muitos não funcionam como vocês gostariam. Nesse caso, é preciso que chamem para o entendimento e para a discussão autoridades sanitárias e da Secretaria da Saúde, já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	27

que não somente os quadros aqui relatados, de hansen, TB, HIV, são portadores de seqüelas. Há também os pacientes portadores de diabetes e hipertensão. E lembro que as doenças que mais matam no mundo são as doenças cardiovasculares. Então, não se pode setorizar, para tirar o direito de uns em benefício dos outros. Isso enfraquece o direito e traz prejuízo à lei normativa do SUS. É preciso que lutemos juntos.

Em uma das conversas na diretoria, cheguei até a propor a existência de um seminário mais amplo, que trouxesse não só os usuários que aqui, infelizmente, carecem de algum técnico da área de Saúde, para ouvir a riqueza dos depoimentos. Conversava eu com a Dona Marly, antes de entrar, e ela me contava que havia sido funcionária do Setor de Saúde e o quanto os profissionais de saúde crescem com os relatos dos pacientes.

Nesse caso, foram colocadas as questões das patologias mentais. Sabemos que nossa mente é rica e envolve memória, orientação, julgamento, pensamento. A lei, quando contempla as deficiências mentais, relata que os deficientes mentais – temos disponibilidade para repassar isso a quem quiser – são aqueles que nascem com problemas congênitos ou que manifestam esses problemas até os dezoito anos. Temos avaliado isso no serviço de perícia.

E existem casos de pacientes que são portadores de esquizofrenia com quadro controlado e em remissão. O que significa remissão? Significa que, com o avanço da medicina, pode-se controlar algumas doenças. E, de todas que foram colocadas aqui, inclusive o tratamento anti-retroviral, tem diminuído a incidência de doenças oportunistas nos pacientes HIV. Felizmente, isso tem trazido uma qualidade imensa, e as pessoas são, sim, ativas. O nosso país precisa considerar o sistema de inclusão social, para que os pacientes não fiquem em casa deprimidos. Associado a um quadro clínico orgânico, isso acaba desenvolvendo um processo psíquico de depressão ou de ansiedade, o que é muito comum.

Esses quadros de transtorno de humor, ansiedade, depressão, transtornos que ficam *boderline*, como a gente chama, são distúrbios que não estão nem para um lado nem para o outro. São distúrbios que a lei infelizmente não contempla, sendo que momentaneamente o paciente pode sim ter um quadro bastante comprometido.

Conversamos com alguns médicos do São Vicente, que inclusive compareceram à DAPD, para discutir que alguns pacientes naquele período de maior crise precisam de acompanhamento seriado, regular. E o transporte faz parte desse processo. Existe sensibilidade para isso. Apenas não existe uma regulamentação que dê suporte. Repito: nós, da junta, temos tido sensibilidade de observar, só que muitas vezes deparamos com informações que são incompletas. Quem é portador de hanseníase sabe que existe uma avaliação funcional de um quadro seqüelar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	28

Inclusive a avaliação deve ser feita no início, para que o paciente não venha ser acometido posteriormente. Isso é necessário e também significa acesso.

Reafirmo a carência de profissionais da área de saúde que precisam escutar tudo isso que está sendo colocado. Precisa-se trabalhar junto. Acredito até, Deputada Erika Kokay, que é importante que a Casa traga outros profissionais de saúde, especialistas nas áreas que são de maior conflito, para que isso seja discutido.

Uma das vezes em que eu mais aprendi foi no que se refere à questão da biogenética, do estudo dos embriões, da biossegurança, quando foram ouvidos grandes especialistas na Câmara dos Deputados e no Senado. Afinal, nós temos estudado e a Medicina se fundamenta no benefício. Sempre na dúvida, pró réu. A beneficência em vez da não-maleficência. Então, esse é o nosso objetivo. Sempre estaremos abertos para discutir aqueles quadros que são questionados.

Colocou-se a questão da perícia como uma forma de tentarmos buscar um quadro em que, muitas vezes, sem sermos o médico que acompanha o paciente, nós sentamos com ele, fazemos uma consulta de 20 minutos. Muitas vezes, o nosso tempo é exíguo, mas vamos partir para o diagnóstico. Esse não é o nosso trabalho e não é assim que a lei distrital define. Na verdade, o nosso trabalho consiste na avaliação de laudos, mas muitas vezes temos que fazer isso em benefício do paciente. Trata-se de um trabalho contínuo, que deve ser melhorado e aprimorado.

Eu gostaria de colocar também que, quanto à questão da discussão, fossem estabelecidos critérios. Foi colocada aqui a questão do lúpus. Àqueles que convivem no HUB, hospital universitário, temos que lembrar que o HUB é um hospital de referência. Então, se é um hospital de referência, certamente vão para lá quadros de moderados a graves porque os simples, às vezes, não são diagnosticados. Isso justifica o fato de muitos de vocês terem rodado, às vezes, cinco anos em busca de um diagnóstico.

Eu sou do Ceará e fiz a faculdade na federal de lá, muitas vezes nós pegávamos os pacientes no hospital da faculdade, já pacientes em quadros graves. Eu coloquei essa questão da faculdade porque, por exemplo, existem casos de artrite lúpica – doença articular causada pelo lúpus – que são muito semelhantes a uma forma típica de hanseníase e são muito semelhantes ao acometimento de tuberculose, que têm detalhes técnicos que não cabe aqui falar. Mas são doenças que entram num diagnóstico diferencial.

O que eu estou querendo dizer com isso? Como haverá uma repercussão financeira e uma repercussão na organização do serviço de saúde, não se pode trabalhar essa questão de direito sem se estabelecer critérios muito fixos de diagnóstico. O lúpus tem uma forma que se chama forma discóide. Essa forma é restrita ao couro cabeludo, que não causa para o paciente nenhuma insuficiência e, em princípio, ele não tem que usar nenhum tratamento quimioterápico progressivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	29

Obviamente, todos vocês sabem que a doença é do indivíduo e não o indivíduo é da doença. Temos que nos lembrar disso. Cada doença vai responder no paciente de forma diferente, o contexto social do paciente vai também interferir, o acesso que ele tem às condições de saúde, às condições de alimentação, às condições de transporte vão interferir no benemérito ou não, na eficácia ou não de um tratamento clínico. Então, é importante que isso seja discutido, que essa discussão seja exaustiva e que dela participem os usuários e não só representantes desses grupos.

Foi colocada a questão da epilepsia. Existem quadros de epilepsia de convulsão parcial, existem quadros generalizados, existem quadros que são tratados muito bem pela medicação. Nós temos bebês que têm Síndrome de West, que é uma síndrome de espasmos, na qual o bebê fica bem, mas que, em princípio, ele usa medicação de alto custo. Assim, ela tem de ser garantida pelo Estado, por meio da ordem de pagamento de medicação de alto custo. Então, tudo isso tem que ser avaliado.

Não nos enganemos: toda estratégia que abrange e que tem um largo alcance social também tem uma repercussão financeira. Tem que ser planejado tudo isso para que o ônus não volte contra vocês que estão solicitando, porque, obviamente, os impostos do transporte têm de ser aumentados para dar suporte a essas solicitações de transporte público. Tudo isso tem de ser avaliado. Acredito que existam técnicos de competência para fazer isso. O Fernando, inclusive, já colocou aqui que pode ser feita uma previsão de gastos para que se chegue ao melhor tratamento possível, de melhor alcance possível.

Não adianta, por exemplo, tentarmos tratar uma infecção, uma amidalite bacteriana, uma infecção de garganta por uma bactéria com o melhor antibiótico do mundo no sistema público porque, conseqüentemente, teríamos uma disponibilidade menor de antibióticos para tratar as doenças sexualmente transmissíveis, para controlar o diabetes, etc. Então, é importante que isso seja colocado.

Colocamo-nos sempre à disposição para conversar e para orientar. Quando fazemos o julgamento do médico, o julgamento de Hipócrates, nós sempre nos colocamos assim. É importante entender o outro na realidade dele. E aprendemos muito.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigado, Dr. Paulo Giovanni Pinheiro Cortez.

Concedo a palavra ao Diretor Operacional do DFTRANS, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, Sr. Themistocles de Souza.

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Boa-tarde a todos da Mesa, quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Erika Kokay e, de antemão, já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	30

parabenizá-la pela iniciativa e dizer a ela que, realmente, eu, como representante da Secretaria de Transportes e também do Governo do Distrito Federal, fiquei muito emocionado com algumas palavras aqui ditas por vocês.

Com relação à ampliação do benefício do passe livre para as pessoas que têm patologias que não estão descritas na lei que prevê o benefício do passe livre, eu acho que o Dr. Paulo, nas suas considerações, já colocou praticamente tudo aquilo que deveria ser colocado aqui.

A questão passa por uma discussão ampla com relação aos diagnósticos e também com relação ao impacto financeiro. Eu acredito que, depois dessa iniciativa aqui tomada pela Deputada Erika Kokay, essa discussão deve ser levada adiante porque, realmente, a gente que está aqui e que pôde ouvir tudo isso que foi colocado, vê que, realmente, é uma questão de necessidade pública e é uma questão de inclusão social.

Como representante da Secretaria de Transportes, o que posso dizer para vocês é que dia a dia nós temos trabalhado para melhorar as condições de transporte, não só de vocês, mas de todos os usuários do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal. E de que forma temos buscado isso?

Com relação aos PNEs, eu acho que todos aqui que têm cartelinha sabem muito bem disso, nós tivemos um problema grave no início do ano por conta dos bloqueios que estavam sendo feitos nos cartões de vocês. E por que esses bloqueios estavam ocorrendo? Porque, a partir do momento que a FÁCIL, que é a empresa responsável pela operacionalização do sistema de bilhetagem eletrônica, detectava que aquele cartão foi utilizado mais de seis vezes, ela automaticamente bloqueava esse cartão. E a gente conseguiu, depois de muito custo, alterar esse número de viagens, de seis para oito. Ou seja, hoje as pessoas podem usar o cartão até oito vezes, sem que ele sofra bloqueio.

Outra questão: conseguimos aumentar o tempo para que as pessoas possam passar pela roleta. Antes o tempo era de quinze segundos. Nós conseguimos que esse tempo fosse acrescido de mais cinco segundos. Portanto, hoje as pessoas têm até vinte segundos para passarem na roleta. Isso é suficiente? Lógico que não. Ninguém aqui seria bobo de falar que isso é o suficiente, mas eu acredito que essa foi uma iniciativa que melhorou bastante. Tanto é que hoje, se nós pegarmos o número de reclamações que são feitas diariamente, podemos constatar que houve uma diminuição de mais de 80%. É um caso ou outro que realmente tem aparecido por lá reclamando do bloqueio do cartão.

Com relação às pessoas que não têm condições de transpor as catracas, eu gostaria de solicitar a essas pessoas que procurem o posto de atendimento do DFTRANS, na rodoviária, para fornecermos uma declaração informando que essa pessoa não tem condições de transpor a catraca, e por isso ela vai descer pela porta da frente. Nós já estamos fazendo isso e as empresas estão aceltando. Agora, é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	31

preciso ter a chancela do DFTRANS. Portanto, eu peço às pessoas que hoje não tem condições de fazer a transposição nas catracas que nos procurem para fornecermos essa declaração.

Com relação ao que foi colocado aqui quanto ao quadro de funcionários da FÁCIL, eu, além de Diretor Operacional do DFTRANS, sou também executor do convênio do DFTRANS com a FÁCIL. Quero dizer a vocês que amanhã, se Deus quiser, eu vou encaminhar um ofício para os Diretores Executivos da FÁCIL, Sr. Victor Foresti e Sr. Wagner Canhedo, para que – com base na lei, porque existe uma lei que garante um percentual mínimo de pessoas portadoras de deficiência física – essa lei seja cumprida, para que a FÁCIL contrate pessoas portadoras de deficiência física nos seus quadros, porque eu acredito que, a partir do momento em que ela tiver em seu quadro de funcionários pessoas com deficiência física e mental, ela vai realmente ver que essas pessoas são realmente capazes, são pessoas que têm de estar incluídas hoje na sociedade e, portanto, merecem respeito. Por isso eu já estou avisando que amanhã estarei encaminhando esse ofício.

Com relação ao assunto principal desta Comissão Geral, eu gostaria de dizer que hoje, todos sabem, compete à Secretaria de Justiça e Cidadania a emissão das carteiras de passe livre. Mas a Secretaria de Transportes, em momento algum, vai se furtar da sua responsabilidade. Qualquer discussão, qualquer iniciativa que houver para que seja alterada a lei, para que possa estar sendo ampliados os direitos dos senhores, nós vamos participar e muito provavelmente vamos participar de maneira tal a que venhamos alcançar o objetivo pretendido, não só pelos senhores, mas também por toda a sociedade, que é melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas que moram no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Só mais uma coisa que eu queria pontuar, até para que seja respondida juntamente.

Quando o usuário tem o cartão desmagnetizado ou acontece qualquer outro problema com o cartão, e se solicita uma segunda via, ele tem que pagar dez reais. Ele não tem responsabilidade sobre essa desmagnetização, ou coisa que o valha, e tem que pagar. Muitos têm dificuldade para isso. Assim, você poderia responder junto essas coisas para que possamos passar para o César e fazer o encaminhamento. (Palmas.)

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Com relação à questão da declaração, em momento algum foi divulgado isso, até porque essa é uma questão que realmente não é utilizada pela maioria das pessoas. São casos esporádicos, que a gente sabe que acontecem e, nesses casos, algumas pessoas têm tido a iniciativa de nos procurar, e temos fornecido a declaração. Vamos ver de que forma poderemos divulgar esta informação: a pessoa que não estiver em condições de transportar a roleta deve procurar o DFTRANS para que possamos fornecer essa declaração.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	32

Com relação ao que a Deputada colocou, da cobrança dos dez reais, o que acontece é o seguinte: eu, particularmente, não tinha conhecimento de que, em caso de desmagnetização do cartão, também estava sendo cobrado. Essa informação me chegou agora. A informação que sempre tive é que em caso de perda, realmente, eram cobrados os dez reais. Agora, com relação ao cartão ter perdido a tarja magnética – não quero me antecipar –, me reunirei amanhã com o pessoal da FÁCIL e veremos de que forma poderemos solucionar esse problema. No meu entendimento, essa pessoa não tem que pagar dez reais, porque ela não tem culpa se o cartão perdeu o magnético. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Liberou. Agora, é o seguinte: devemos tomar cuidado em relação ao número de viagens. Isso que você falou é preocupante. A partir do momento que você passou, liberou, mas você não passou e travou e você vai passar de novo, eu acredito que computa duas viagens. Quando trava, a senhora passa o seu cartão de novo, ou passa o dela?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Aí eu acho que não tem problema, não. Você não pode é passar o seu cartão duas vezes.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Vinte segundos.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Ah, não. Que paga, são até 24 horas, o carregamento.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Não. Não tem tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Vamos fazer o seguinte: o César irá falar. Algumas coisas que foram levantadas agora, depois que o Themistocles terminar, o César responderá.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Computa duas vezes, mas aí é que está: para quem tem acompanhante, são 16 viagens; para quem não tem, são 8.

SR. KESTER – Sistema do Metrô, quando libera a passagem pela roleta, tem uma sinalização verde. Como posso detectá-la se sou cego? Um cartão bloqueia o outro também. O cartão do Metrô bloqueia o cartão da Fácil, e o cartão da Fácil bloqueia o do Metrô.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	33

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Gente, deixemos o Themistocles terminar, para passarmos a palavra para o César, em função do horário.

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Veja bem: o validador não aceita o bilhete do Metrô, e a roleta do Metrô não aceita o cartão da FÁCIL. Então, o que conseguimos? Mais uma batalha nossa. Só havia quatro estações do Metrô que dispunham de validadores, ou seja, aquilo por que a pessoa paga, o cartão para utilizar. Nós conseguimos agora ampliar para todas as estações do Metrô a instalação dos validadores. Acredito que, no final desse mês de outubro, já deva ter acontecido isso. Hoje, todas as estações do Metrô dispõem do equipamento que faz a leitura do cartão de vocês. Então, em qualquer estação do Metrô a que vocês chegarem, vocês podem utilizar o cartão de vocês.

Agora, com relação à informação lá na estação para que as pessoas portadoras de deficiência física possam saber onde é que elas têm de passar, vou procurar o Metrô para que eles vejam isso e tomem as providências. Isso que você falou é verdade. Existe lá um lugar onde ficam todas as roletas deles. No cantinho está a roleta para quem tem o cartão da Fácil. Então, eles têm que informar a vocês.

SR. KESTER – Não poderiam ser todas as roletas? O que acontece? O cego não sabe quando é à direita.

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Não tem como, porque o sistema do Metrô...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Quero explicar para vocês que, às 19h, haverá outra audiência pública aqui. Então, temos um tempo meio apertado.

SR. THEMISTOCLES DE SOUZA – Não tem como fazer em todas as roletas do Metrô porque o sistema dele não reconhece o cartão de vocês. Conseguimos que fossem instaladas catracas em todas as estações. Agora, com relação a essa informação de onde está disposta a catraca, solicitaremos ao Metrô que tome as providências.

Eu queria, desde já, agradecer à Deputada Erika Kokay pela iniciativa. Quero dizer aos senhores que nós tomaremos todas as providências necessárias para que a situação de vocês, que sabemos que é difícil, fique menos difícil e que todas as pessoas deficientes sejam incluídas na sociedade de maneira respeitosa e de maneira que elas possam se sentir cidadãs também.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Themistocles.

Passo a palavra ao Subsecretário de Cidadania da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, Sr. César Pessoa de Melo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	34

SR. CÉSAR PESSOA DE MELO – Boa-tarde. Eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Deputada Erika Kokay, uma excelente iniciativa. Serei breve, porque o horário está bastante puxado.

Realmente, é muito importante ouvirmos vocês e verificarmos como é importante o passe livre. O passe livre é oriundo desta Casa de Leis, que muitos questionam. Às vezes, eu vejo pessoas questionando a necessidade de se ter a Câmara Legislativa. Vejam vocês como ela é importante. O passe livre é de autoria do Deputado Benício Tavares, Deputado desta Casa. (Palmas.)

Quando assumimos a Secretaria, no início do Governo, tivemos de tomar uma decisão do que iríamos fazer com o passe livre. Nós tínhamos idéia de que havia muita coisa errada com o passe livre devido ao fato de que, em governos anteriores, a forma de se tirar o passe livre era muito frágil. Como assim? Tirava-se o passe livre no CDS, sem haver mão de obra qualificada para poder checar a validade e verificar se o laudo era verdadeiro ou não.

Pensando nisso, o nosso Governador José Roberto Arruda, uma das primeiras coisas que S.Exa. fez quando assumiu foi a criação da Gerência de Perícia Médica. A Gerência de Perícia Médica não está lá para fazer maldade com ninguém. Ela tem de seguir o que está na lei. A Gerência de Perícia Médica é comandada por profissional médico do quadro do GDF. Isso é muito importante, para não haver politicagem no passe livre. É só esse profissional que aprova ou rejeita o passe livre, não é nenhum outro tipo de funcionário.

Nós também temos agora um cadastro porque, quando assumimos, não conseguíamos entendê-lo. Agora temos o cadastro todo certinho. Futuramente o cadastro será escaneado, para não se ficar juntando papel, para qualquer pessoa, qualquer autoridade, qualquer um de vocês checar o motivo de uma determinada pessoa ter o benefício.

Estamos aqui falando sobre a ampliação deste benefício, que é muito importante. Eu, sinceramente, vejo como uma coisa muito positiva a iniciativa da Deputada Erika Kokay. Realmente, eu acho que tem de ser feito um estudo porque, com certeza, sairá mais barato dar a oportunidade de a pessoa fazer o tratamento, como foi dito aqui. Com certeza, teremos de fazer uma comissão para estudar esse impacto. E aí eu mostro para vocês a importância que tem essa ação do Governador José Roberto Arruda de trazer a legalidade para o passe livre. Por quê? Porque é muito importante que só tenham direito ao benefício pessoas que realmente precisam. Vocês concordam comigo? (Palmas.)

Mas não era assim que estava acontecendo. Quando assumimos o passe livre, tínhamos de tomar aquela decisão: como fazer com as pessoas que já tinham a carteira grande? Começariam do zero? Não podíamos fazer isso, porque a maioria tem o direito. Nós pensávamos que seria em torno de 10% a quantidade de pessoas que estariam erradas dentro do passe livre. Nós chegamos a 30%. É um percentual



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	35

muito alto de pessoas, que estamos mandando para a polícia, para que ela investigue como aquelas pessoas conseguiram o passe livre. Pessoas que não têm absolutamente nada e com poder aquisitivo alto. Então, na verdade, é um assunto de polícia, que tem de verificar se foi oriundo de laudo falso. Eu não tenho esses dados antigos, esses laudos anteriores para poder verificar.

Como eu estava falando para vocês, tínhamos que tomar uma decisão sobre o que fazer. Foi decidido o que, então? Todo mundo que havia feito o recadastramento anterior, que eram trinta e poucas mil pessoas, receberia logo o cartão. Foi o que foi feito: dividiu-se por letra, e cada um recebeu o cartão. Só que a lei determina que, a cada dois anos – como eu disse, isso não é maldade nossa –, tem de ser feito o recadastramento. Esse recadastramento que foi feito no governo anterior tem mais de dois anos. Então, decidiu-se fazer o recadastramento na data do aniversário.

Conseguimos aprovar também, dentro do Governo, que a pessoa cuja condição infelizmente não vai mudar – não é aquele caso em que há cura –, nos próximos recadastramentos, um parapléxico, um tetrapléxico, ou uma pessoa como o Kester, não vai precisar mais ficar trazendo laudos. Imaginem, depois que eu tiver toda a documentação do Kester, num próximo recadastramento, eu pedir para o Kester provar que é cego. É, no mínimo, uma maldade.

Então, isso também nós já conseguimos para os próximos recadastramentos, não neste que está acontecendo, porque essas trinta mil pessoas que receberam a carteirinha por ordem alfabética precisam se recadastrar. Dentro desse recadastramento, nós estamos pegando 30% de pessoas que não têm o direito. Bom, fora essas pessoas que já receberam o cartãozinho, essas trinta mil, nós tivemos as outras que não tinham feito o recadastramento ou que o estavam fazendo pela primeira vez. Aí nós começamos a pegar os laudos falsos, todos encaminhados para a Delegacia de Defraudação. E a pessoa, quando estava apresentando no ato, estava sendo presa no ato. Conseguimos desvendar verdadeiras gangues que estavam cobrando cerca de 600 reais por laudos e chegavam a ter a cara de pau de ter alguém para acompanhar a pessoa que estava com o laudo falso até ela conseguir o passe.

Antigamente, como eu disse para vocês, era muito fácil, era frágil. O cara apresentava um laudo, ninguém checava direito, nem mesmo o CID era checado direito, nem checavam se aquele médico que estava assinando era, de fato, um médico do SUS, se era realmente um médico. Então, teve que ser feito isso. Infelizmente, na nossa sociedade, existem pessoas assim. São a minoria, mas existem pessoas assim. Eu vou explicar muito rápido para vocês como é feito isso: se é a primeira vez que está chegando o laudo de um médico, nosso pessoal checa no hospital se aquele médico realmente deu aquele laudo. Se ele deu o laudo, as próximas assinaturas daquele médico serão checadas para ver se está tudo certo. Só com essa medida, começamos a prender essas pessoas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	36

Bom, eu vou concluir e vou abrir para as perguntas. Eu queria finalizar parabenizando a iniciativa de vocês, mais uma vez, a Deputada Erika Kokay, e dizer a vocês que realmente temos que fazer um levantamento para verificar a quantidade de pessoas a mais, qual o impacto que isso vai trazer na passagem. Vocês sabem que nós, no Governo Arruda, estamos conseguindo manter o preço da passagem, que não aumentou. Para estender esse benefício, nós temos que continuar fazendo essa checagem e tirar pessoas que não têm direito.

Bom, estão pedindo para eu concluir, mas, rapidamente, eu precisava falar sobre número de passagens e sobre os vinte segundos. Para a pessoa que tem o passe sem acompanhante, não há nada de segundos, mas à pessoa que tem o direito de acompanhante, esse tempo foi dado para o acompanhante passar. Por que isso? Por causa de fraude também. Muitas pessoas que têm direito ao acompanhante não andam com acompanhante. Deveriam andar, porque o médico está dizendo que aquela pessoa precisa do acompanhante. Quando a pessoa anda sem o acompanhante e passa o seu cartão, a catraca é liberada duas vezes. Às vezes, 20 minutos depois, 1 hora depois, passava outra pessoa que estava pagando e não sabia de nada, pagava a passagem, mas era computada como se fosse livre, alguém acabava pegando aquele valor da passagem. Embolsava o dinheiro, propriamente dizendo. Então tivemos de pensar em algo assim, para coibir isso.

Foram presos também, por iniciativa nossa, denúncia nossa, 12 cobradores em um único dia. Tudo isso nós encaminhamos para a polícia, porque requer uma ação de polícia. A polícia civil, disfarçada, entrou nos ônibus e verificou pessoas que estavam, vejam só – vou falar até uma palavra chata aqui –, fazendo uma verdadeira “sacanagem”. Vocês vêem o tanto que vocês estão precisando do passe livre, e pessoas que têm direito ao passe livre – claro que é uma minoria – estavam alugando esse cartão para o cobrador. Então o cobrador estava usando o passe livre para pegar o dinheiro. Não pode acontecer isso.

Portanto, temos de continuar sendo duros com as pessoas que estão erradas, os fraudadores, exatamente para poder estender o benefício para mais pessoas como vocês, que realmente – concordo – precisam dele.

Obrigado. Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Vocês desejam fazer perguntas? É que estamos com o horário absolutamente estourado.

Estamos chegando ao final da nossa Comissão Geral. Acho que ela foi um primeiro passo, mas vamos aprovar esse projeto que assegura passe livre aos acometidos de transtorno mental ainda este ano. Nós queremos aprová-lo até dia 15 de dezembro. (Palmas.)

E queremos um processo de sensibilização. Isto foi falado pelo Sr. César, já foi falado várias vezes: não existe nada mais caro do que uma internação. Obviamente a medicação se toma, internado ou não, mas uma internação é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	37

extremamente dispendiosa para o Estado. O caso dele, que está no CAPS, já teve cinco internações e livrou-se da internação por um serviço substitutivo, agora está sem condições de ir ao CAPS porque não tem o transporte, é muito dispendioso para o Estado.

Então eu queria dizer para vocês que nós temos que trabalhar com algumas coisas que foram pontuadas aqui. Uma delas é que achei muito boa sua idéia.

SR. PAULO GIOVANNI PINHEIRO CORTEZ – Quero só acrescentar, porque é importante que se saiba e, às vezes, não é de conhecimento nem de profissionais de saúde, a existência do projeto do Ministério da Saúde sobre as residências terapêuticas, onde existe um cuidador e uma equipe de saúde que visita os pacientes. Isso melhora muito o resultado do tratamento, até porque socializa as pessoas.

Desculpe tê-la interrompido, mas é importante que isso seja colocado, e que a residência terapêutica cresça, porque sabemos que é necessário a luta antimanicomial ser mantida. Existe ainda um preconceito muito grande em relação a tudo o que foi colocado, e o preconceito é a base de uma sociedade desigual. Então é necessário que essa questão da residência terapêutica também seja colocada. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Nós todos aqui temos clareza da necessidade das residências terapêuticas, que já chegaram a existir no Distrito Federal e não existem. O Distrito Federal não tem residência terapêutica, não por falta de luta. O Distrito Federal só ganha do estado do Amazonas em número de CAPS por habitante. Portanto, nós temos seis CAPS. Uma cidade como Ceilândia, que tem quase 600 mil habitantes, não tem nenhum CAPS.

Já fizemos uma audiência pública pelo CAPS-AD em Ceilândia, em parceria com o Ministério Público, a Vara Criminal e uma série de segmentos. Aproveito, inclusive, para convidar todas e todos a se programarem para, no dia 15 de novembro, sábado, abraçarmos o prédio do CAPS-AD de Ceilândia para exigir a sua abertura. E, no dia 9 de dezembro, se não me falha a memória, faremos o lançamento do movimento Pró-CAPS no Distrito Federal.

É óbvio que se houvesse CAPS nas cidades, houvesse residências terapêuticas, eu não precisaria tanto de transporte. Mas não existem CAPS. Como exemplo, vejamos o Hospital de Planaltina, que tem em torno de 6 mil prontuários de pessoas com atenção à saúde mental. O senhor sabe quantos psiquiatras existem lá? Nenhum. Nenhum! Por que o Hospital São Vicente é sobrecarregado? Porque não existem CAPS, não existe atendimento ambulatorial nos hospitais.

Aqui existe um Plano Distrital de Saúde Mental que não está sendo cumprido. Se, morando em Planaltina, houvesse no posto de saúde um atendimento, uma oficina, um CAPS, não precisariam de transporte. Mas não é essa a realidade. Eu fico pensando que, se os usuários do São Vicente perderem o direito ao passe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	38

livre, perderão o direito das oficinas. É nítido o nível de incorporação, desenvolvimento e socialização dessas pessoas. Achamos que precisa haver muita vontade política.

A lei diz que a FÁCIL só operacionaliza. Eu tenho uma preocupação muito grande. Tenho um respeito muito grande pelo Sr. Themistocles, mas quando ele diz que "lutamos muito para conseguir ampliar para oito", parece que a FÁCIL é quem decide. Está errado! O Estado, que é quem decide, tem de fazer um processo de luta intensa e, depois de muita luta – sem desvalorizar as conquistas, porque são importantes –, conseguimos ampliar de vinte para trinta segundos, de seis para oito.

Existe uma coisa invertida! Não é uma iniciativa privada. O dono da FÁCIL é dono dos ônibus. Para mim, controle e execução deveriam estar com o Estado. Sabe por quê? Porque eu aumento o poder de fiscalização e tiro a variável do lucro. O dono do ônibus, que teoricamente não ganhará com o passe livre, é quem emite os cartões, é quem operacionaliza e dita as regras. A lei diz que ele deveria só operacionalizar, mas está ditando regras. Todos nós queremos o controle da fraude.

Deveremos fazer um projeto de lei para dar o direito de opção. É óbvio que queremos um laudo também. Sabemos que o controle é maior com o cartão. Eu não sei como seria a operacionalização. Existem pessoas que têm dificuldades de atravessar o ônibus. São pessoas com hanseníase, que perdem as forças nos braços. O Kester é o cego que mais vê. É impressionante! É cego, mas vê tudo. Ele me ensina muita coisa.

Fomos fazer uma vistoria no hospital com o FAPED - Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – e ele falava do extintor. Eu nunca tinha pensado no extintor. Ele disse que, como não existe sinal tátil, o cego baterá no extintor. Sobre o orelhão: quantos cegos já chegaram aqui machucados porque o orelhão é suspenso! Não existe nenhum sinal para obstrução suspensa, e o cego se machucará. Assim, vamos aprendendo a nos colocar no lugar do outro. Isso é um exercício da solidariedade.

Acho importante que a Secretaria de Transportes, talvez a Secretaria de Justiça também, façam uma cartilha para esclarecer os direitos da população, pelo menos dos beneficiários – ainda que em potencial – do passe livre. Esse projeto deve dar a opção. Iremos construí-lo e vamos pedir que o Kester o conheça antes disso.

Achei muito interessante a sugestão que o senhor deu, a sugestão de reunirmos especialistas. Eu sei que há níveis de epilepsia que nunca vão progredir e nunca vão chegar a uma convulsão, por exemplo. Então, é preciso que tenhamos talvez um seminário. O ideal seria que a Secretaria de Saúde chamasse os seus profissionais, todos eles, ou representantes de todas as unidades, porque chamar todos é mais complicado, para que se pudessem reunir especialistas da saúde mental, particularmente as pessoas que trabalham com laudo, com perícia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	39

O que está acontecendo? O que eu estou sentindo? Os profissionais de saúde, os médicos estão com muita insegurança no momento de conceder laudos. Estão com insegurança por quê? Porque estão sentindo um clima persecutório: "Nós temos que pegar os fraudadores, nós temos que pegar os fraudadores". Mas pegar os fraudadores não é um fim em si mesmo. Pegar os fraudadores é para que os recursos públicos sejam realmente públicos.

Agora, quando eu só pego fraudador e a condição do beneficiário continua piorando, alguma coisa está errada. Pegar os fraudadores é fundamental para que o recurso que está sendo apropriado por alguns, e que deveria ser de todos, volte a ser de todos. Mas quando você pega o fraudador e o benefício não se amplia, ao contrário, se restringe, que é o que estamos vivendo aqui, alguma coisa precisa ser corrigida.

Portanto, vamos tentar fazer uma proposta aqui, contando com a ajuda da SEJUS, do DFTRANS e também da Secretaria de Saúde, na perspectiva de que seja organizado um seminário sobre essa questão. Veja bem, a burocracia também é um meio e não pode ser um fim em si mesmo. Se você tem clareza – é muito fácil perceber isso – de que a pessoa tem um nível de dificuldade, seja por uma patologia, seja por uma deficiência, e de que ela necessita de um tratamento e não tem condições de fazê-lo em função de transporte, se há clareza e não há dúvida sobre isso, se essa pessoa não é uma fraudadora, você vai dizer: "Mas a lei não prevê". Bom, a lei não prevê e daí? Onde é que fica o direito? Ele fica vergado. Eu digo isso quando não há dúvidas de que essas condições são atendidas.

Então, acho que a lei deveria, talvez, nem pontuar as patologias e as condições, ou pontuá-las, mas também dar liberdade para que os profissionais de saúde, atendendo as condições sociais e, ao mesmo tempo, percebendo que aquela patologia ou aquela condição exige um tratamento e essa pessoa não tem como arcar, não tem como se deslocar para o tratamento, possam fornecer esse laudo – fundamentado, é obvio. Temos de fazer isso.

Para as pessoas acometidas de transtorno mental, eles estão selecionando os CIDs. Tem CID que dá, tem CID que não dá. "Não, esse CID aqui é mais complicado para eu dar". Mas o profissional sabe que aquela pessoa precisa de tratamento, sabe que ela não tem condições de ir ao local de tratamento.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Você é uma sobrevivente do manicômio. Não era considerada uma pessoa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Então, com essas conclusões, vamos sugerir a reunião com especialistas, a elaboração de um projeto de lei para dar a opção e a criação da cartilha. Há essa lei específica para os acometidos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	40

transtorno mental, e vamos sugerir ao Governador que a aceite e que possa regulamentá-la. Pode regulamentar, não há problema em se estabelecer uma regulamentação.

SR. PAULO GIOVANNI PINHEIRO CORTEZ – Só uma informação adicional ao que V.Exa. disse. Permita-me interrompê-la novamente.

Assim como há a Classificação Internacional das Doenças - CID, há uma classificação chamada Classificação Internacional de Funcionalidades - CIF, que deve ser de conhecimento de alguns pacientes.

(Intervenção fora do microfone.)

Exatamente, Dona Marly. Mas a partir de um projeto de lei, ela pode vir a ser prática usual dos profissionais, pois, inclusive, dá um critério de grau de acometimento.

Eu gostaria de fazer um convite público à Deputada para que compareça ao serviço de perícia. Lá poderemos apresentar algumas peculiaridades do nosso serviço. E, repito: há sensibilidade. Às vezes, há carência de informação por parte dos profissionais que os acompanham. Ficamos sem ter como prever, até porque, na dimensão do que foi dito pelo Sr. César, pelo Sr. Fernando, não temos pernas para ver todos os pacientes, o que seria o ideal. Não temos pernas para isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Há deficiência de número de pessoas para trabalhar, certo?

Quero dizer que talvez uma solução fosse esta: em vez de trabalhar com CID, trabalhar com CIF, porque são atreladas. Há determinadas CIDs que estabelecem níveis de funcionalidade diferenciados. Você não pode restringir à própria CID, como é a lei. Não nego o progresso imenso e a excelente conquista do povo do Distrito Federal de termos o direito ao passe livre, e todos vocês expressaram isso aqui no dia de hoje.

Vou encerrar, convidando mais uma vez todas e todos para abraçarmos o CAPS/AD (Centro de Apoio Psicossocial) de Cellândia, no dia 15 de novembro, sábado, às 10 horas da manhã, e fazermos um movimento pró-CAPS, porque determinadas doenças, patologias, carregadas de estigmas, provocam inevitavelmente sofrimento. Determinadas doenças que são invisíveis, que provocam perda de capacidade laboral, também provocam depressão, como tendinite, LER/DORT, e carregam muito isso. Então, obviamente, há que se ter um atendimento que considere que haverá sofrimento psíquico, que também precisa ser tratado.

Para vocês não esquecerem nunca, convido mais uma vez para, no dia 15 de novembro, às 10 horas, abraçarmos o CAPS e tomarmos esses encaminhamentos. No dia em que houver a previsão da votação do projeto, também os convidaremos, pois foram vocês que sugeriram este projeto e pontuaram essa necessidade. Esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2008	15h15min	99ª ORDINÁRIA/COM.GERAL	41

comissão geral teve a riqueza imensa da participação de vocês, com quem queremos contar sempre aqui nesta Casa.

Com tudo isso, agradeço muito aos participantes da Mesa e a cada um e cada uma de vocês.

Declaro encerrada esta comissão geral.

(Levanta-se a comissão geral às 18h44min.)